

29/08/2019

Grande Imprensa

**O ESTADO DE S. PAULO - SP**

[O governo e o futuro da ciência](#)

**CORREIO BRAZILIENSE - DF**

[Ciência em colapso](#)

**FOLHA DE S. PAULO - SP**

[Museu Nacional quer reabrir ao público em 2022](#)

[Governo Doria quer transferir a gestões municipais 627 mil alunos do estado](#)

[Governo Bolsonaro estuda mandar medida provisória para aprovar Future-se](#)

**O GLOBO - RJ**

[Um ano após incêndio, Museu Nacional renasce](#)

**VALOR ECONÔMICO - SP**

[À espera de verba privada, Museu Nacional prevê reabrir em 2022](#)

Imprensa Estadual

**A TARDE - BA**

[Vigilantes da Ufba fazem ato e seguem em greve](#)

**CORREIO DA BAHIA - BA**

[Vigilantes da Ufba decidem se voltarão às atividades em assembleia desta quinta \(29\)](#)

**DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE**

[Ciência em colapso](#)

Agências de notícias e sites

**G1**

[Alvo de protestos, reitor ainda não conseguiu despachar na UFC, uma semana após ser empossado](#)

[UFSC analisa diminuir número de refeições e congelar bolsas por conta de bloqueio no orçamento](#)

[Todas as 18.470 bolsas do CNPq em SP estão ameaçadas de possíveis cortes](#)

**R7**

[Base curricular garante ensino uniforme para alunos de todo país](#)

**UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[Crise do CNPq: como chegamos a esse ponto e o que a ciência do Brasil perde](#)

Agências de notícias e sites

**AGÊNCIA FOLHA**

[União entre Estado, empresas e academia alavanca inovação no Nordeste](#)

**AL1**

[Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação será realizado na Unit em Maceió](#)

**GAZETA DO POVO – PR**

[CNPq não tem dinheiro para bolsas em setembro, diz MCTI](#)

**JORNAL DA CIÊNCIA**

[Associe-se à SBPC e contribua para o progresso da ciência e tecnologia do Brasil!](#)

[Coordenadores dos INCTs publicam manifesto em defesa da CT&I e das agências federais de fomento à pesquisa científica e tecnologia](#)

[Nota conjunta à comunidade de Ciência da Informação e Museologia](#)

**RÁDIO CBN**

[Museu Nacional perdeu quase metade de seu acervo em incêndio](#)

**TELESÍNTESE**

[PARLAMENTARES VÃO ATRÁS DE VERBA EMERGENCIAL PARA O CNPQ](#)

**AGÊNCIA FOLHA**

[Governo Bolsonaro estuda mandar medida provisória para aprovar Future-se](#)

**PORTAL VEJA**

[Líder do PSL, Major Olímpio pressiona o governo por bolsas do CNPq](#)

**R7**

[Câmpus da UFMT em Rondonópolis ganha Faculdade de Ciências Aplicadas e Políticas](#)

Imprensa Estadual

**ESTADO DE MINAS - MG**

[O colapso na ciência](#)

**O DIA - PI**

[Universidade Federal do Piauí cria grupo de trabalho para discutir adesão ao Future-se](#)

**ZERO HORA - RS**

[MPF denuncia 32 por fraude em bolsas da UFRGS](#)

Agências de notícias e sites

**GAUCHA - RS**

[União entre Estado, empresas e academia alavanca inovação no Nordeste](#)

**MIX VALE**

[União entre Estado, empresas e academia alavanca inovação no Nordeste](#)

**PORTAL DO HOLANDA**

[União entre Estado, empresas e academia alavanca inovação no Nordeste](#)

**AGÊNCIA ESTADO**

[Novo programa da Unesp aceita doação até com cartão de crédito](#)

**G1**

[Gladson convoca professores e diz que vai pagar rescisão de mais de 2 mil exonerados em gestão passada](#)

[Prazo para consulta pública sobre o Future-se termina nesta quinta-feira](#)

**YAHOO! NOTÍCIAS**

[União entre Estado, empresas e academia alavanca inovação no Nordeste](#)

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES**

**O governo e o futuro da ciência**

No mesmo dia em que a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** anunciou que não financiará um congresso sobre constitucionalismo e democracia, sob a justificativa de que os juristas responsáveis pela organização do evento seriam “militantes na área do direito”, o presidente da Academia Brasileira de Ciências, o físico Luiz Davidovich, lamentou a debandada de pesquisadores brasileiros para o exterior, por falta de condições mínimas de trabalho no Brasil.

Os dois eventos estão ligados. Segundo Davidovich, os pesquisadores brasileiros reclamam da falta de recursos para insumos e equipamentos e da ausência de uma agenda para o desenvolvimento tecnológico formulada pelo poder público. Esses problemas, que já eram graves, aumentaram depois do contingenciamento de parte do orçamento dos Ministérios da Educação (MEC) e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Aumentaram, também, em face da negação da ciência por motivos ideológicos e até religiosos, afirma o presidente da Academia Brasileira de Ciências.

A decisão da **Capes** de negar financiamento para um congresso que havia sido apoiado

em suas oito edições anteriores é prova disso. Segundo parecer do comitê da área de direito da entidade, o evento estaria

“voltado não só à construção científica, mas também à crítica política”. “Quem de nós tem atuação de militância política? Eles que nos digam e indiquem o que classificam como militância”, desafiou Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, onde o congresso será realizado.

Durante a campanha eleitoral, diz o presidente da Academia Brasileira de Ciências, o candidato Jair Bolsonaro prometeu elevar o investimento em ciência a 3% do Produto Interno Bruto (PIB) até o fim do mandato. Segundo Davidovich, o investimento total na área está hoje pouco acima de 1% do PIB. “O apagão de investimentos pode quebrar o sistema de Ciência e Tecnologia, que começou a ser institucionalizado antes da década de 1950. A construção é um processo longo, mas a destruição pode ser rápida. Prioridades óbvias como a biotecnologia têm sido prejudicadas por uma política de desmatamento que nega evidências científicas. Há uma ironia no fato de não perceberem que isso pode prejudicar a própria agroindústria”, afirma Davidovich, que também integra a Academia de Ciências dos Estados Unidos.

Ele também critica o modo como o governo Bolsonaro vem tratando órgãos importantes, como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). E adverte que os contingenciamentos orçamentários na área educacional afetarão os programas de pós-graduação das universidades públicas. E se elas não se modernizarem, dificilmente conseguirão interagir com empresas privadas, como quer o governo, por meio do programa “Future-se”.

Em geral, no mundo inteiro, a modernização das universidades se dá por meio de recursos públicos e só depois é que as empresas as procuram para firmar acordos de cooperação. Ou seja, os recursos privados só entrarão no caixa das universidades se, primeiro, os repasses do MEC forem restabelecidos. “Não precisamos reinventar a roda. A maior parte do orçamento universitário sempre virá do governo, como acontece no mundo todo. O ministro Abraham Weintraub precisa de um choque de realidade”, afirma o presidente da Academia Brasileira de Ciências.

O êxodo de cientistas brasileiros é o problema mais grave do sistema de ciência e tecnologia do País, diz ele. Em primeiro lugar, porque a formação dos cientistas, no País ou no exterior, foi custeada por recursos públicos. Em segundo lugar, como esses cientistas têm potencial para apresentar ideias inovadoras, que podem aumentar a eficiência da economia, sua emigração prejudica o potencial de crescimento de médio prazo do Brasil. É fundamental que, dentro do governo, haja alguém capaz de mostrar ao presidente Bolsonaro o alcance e a importância das declarações do presidente da Academia Brasileira de Ciências.

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - EDITORIAL**

### **Ciência em colapso**

A crise econômica, que se arrasta por mais de meia década, não poupou nenhum setor. Alguns ganham visibilidade porque frequentam o noticiário diário com imagens dolorosas e estatísticas preocupantes. É o caso da educação, da saúde, da segurança, do mercado de trabalho, da mobilidade urbana. Outros se restringem a nichos mais restritos e, por isso, menos divulgados pelos meios de comunicação de massa. É o caso da

ciência e tecnologia.

Em razão do contingenciamento de R\$ 2,32 bilhões — 41,9% das verbas previstas para gastos discricionários na área, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) anunciou a suspensão das cerca de 80 mil bolsas ligadas à pasta, a partir de setembro. Antes, projetos de pesquisa, ações de divulgação e eventos científicos foram prejudicados ou cancelados. Para evitar apagão no setor, o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, tem pleiteado a liberação de recursos ao ministro da Economia.

O aperto no segmento de pós-graduação e pesquisa não se deve à criatividade da equipe de Paulo Guedes. As dificuldades vêm de longe. Há anos, mesmo em períodos de vacas gordas, os órgãos de fomento à pesquisa e à formação acadêmica têm enfrentado contínuos cortes de receitas. Vale exemplo recente. Em 2014, o orçamento do CNPq foi de R\$ 1,3 bilhão. Em 2019, despencou para R\$ 784 milhões, montante que só será embolsado com a suspensão do bloqueio.

É preocupante. O Brasil não ocupa posição de vanguarda mundial na produção de ciência e tecnologia. Uma das principais razões do atraso é a baixa qualidade da educação. Sem ter passado da fase da universalização do ensino para a fase da excelência, o país ficou para trás. O quadro se agravou com a eclosão das atuais dificuldades orçamentárias cuja face mais cruel são os mais de 12 milhões de desempregados.

As consequências cobrarão preço alto. De um lado, interrompem-se pesquisas e perdem-se experimentos que, para serem retomados, exigirão volta ao ponto de partida. De outro, registra-se a fuga de cérebros. Pessoas talentosas buscam no exterior oportunidade de aprofundar conhecimentos e de conquistar espaço no mercado de trabalho. Cientistas com formação em áreas estratégicas e enorme potencial de inovação, formados com recursos públicos brasileiros, vão prestar serviço na Europa ou nos Estados Unidos.

Em nações com carência de mão de obra sofisticada como o Brasil, a emigração de indivíduos com alto nível educacional representa perda de trabalhadores indispensáveis para o salto de qualidade de que a economia tanto precisa para ganhar competitividade internacional. Ao retomar o crescimento, o Brasil precisará de cérebros com ideias inovadoras. O bom senso manda retê-los.

topo 

**FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

**Museu Nacional quer reabrir ao público em 2022**

**Restauração da fachada, reforma interna e novo campus com laboratórios estão nos planos**

Rio de Janeiro

O Museu Nacional, que pegou fogo há um ano no Rio de Janeiro, já tem uma previsão de reabertura: 2022. A intenção é permitir que o público entre ao menos em uma parte do palácio nesta data, para comemorar o bicentenário da independência do país.

A reconstrução vai começar pela fachada tombada e pelos telhados do edifício, que tem 201 anos. O projeto está sendo feito por uma empresa contratada pela UFRJ

(universidade federal responsável pelo museu), e a estimativa é concluir a licitação e iniciar a obra ainda neste ano.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/08/museu-nacional-quer-reabrir-uma-parte-do-palacio-para-o-publico-em-2022.shtml>

topo ↕

## FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

### **Governo Doria quer transferir a gestões municipais 627 mil alunos do estado Transferência dos anos iniciais do ensino fundamental em SP começa a ser negociada**

São Paulo

A gestão João Doria (PSDB) iniciou tratativas com as prefeituras do estado de São Paulo para transferir aos municípios todas as escolas estaduais dos anos iniciais do ensino fundamental.

A medida, se efetivada, vai atingir 627 mil alunos do 1º ao 5º ano que hoje estudam em colégios estaduais —o equivalente a 18% da rede paulista.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/08/gestao-doria-quer-transferir-a-municipios-mais-de-600-mil-alunos-da-rede-estadual.shtml>

topo ↕

## FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

### **Governo Bolsonaro estuda mandar medida provisória para aprovar Future-se Projeto de financiamento das universidades federais não tem consenso entre reitores**

Brasília

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse nesta quarta-feira (28) que o governo estuda encaminhar uma medida provisória para o Congresso Nacional para aprovar o Future-se, projeto que prevê iniciativas de fomento ao financiamento privado nas universidades federais e parcerias com organizações sociais.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/08/governo-bolsonaro-estuda-mandar-medida-provisoria-para-aprovar-future-se.shtml>

topo ↕

## O GLOBO - RJ - RIO

### **Um ano após incêndio, Museu Nacional renasce**

### **Pesquisadores avançam no resgate de peças que ficaram sob os escombros e já conseguiram recuperar 35% das coleções, que, em alguns casos, como as do acervo egípcio, chegaram a ser consideradas completamente perdidas**

Às vésperas de completar um ano do incêndio devastador que atingiu a maior parte de seu acervo, em setembro do ano passado, o Museu Nacional fez, ontem, um balanço com boas notícias. O trabalho de formiguinha de pesquisadores já permitiu a recuperação, parcial ou total, de 35% das coleções (13, ao todo). Além disso, após dividir o palácio em 71 áreas de buscas, foi possível fazer incursões arqueológicas em 50 delas até agora. Aproximadamente 19% das coleções (sete) não foram atingidas pelo

fogo porque estavam no Horto Botânico, na Quinta da Boa Vista.

Porém, ainda há muito a fazer. O diretor da instituição, Alexander Kellner, estima que quase metade das coleções —46% (17) —foi perdida ou parcialmente destruída. As buscas pelo acervo restante seguem até o fim do primeiro semestre do ano que vem.

Kellner anunciou a cessão de um terreno da União ao museu, perto da instituição, com 44 mil metros quadrados. O local abrigará uma unidade de ensino e pesquisa, com laboratórios e salas de aula, além de setores administrativos.

—O governo brasileiro cedeu o terreno do campus cavaliariço. Queremos construir um centro educacional. Se tiver financiamento, fazemos em seis ou, no máximo, nove meses —afirmou o diretor do Museu Nacional.

A reitora da UFRJ, Denise Pires, explicou que o cerca-mento desse terreno e a construção da infraestrutura estão em fase de licitação, que deve acontecer no fim deste ano. Ela estimou que, ao todo, há R\$ 68 milhões disponíveis para a recuperação do museu: R\$ 43 milhões oriundos de emendas parlamentares impositivas, R\$ 20 milhões do BNDES e R\$ 5 milhões do Ministério da Educação (geridos pela Unesco). Entre setembro de 2018 e junho deste ano, a Associação de Amigos do Museu Nacional doou mais R\$ 389 mil. A agência britânica British Council ofereceu R\$ 175 mil para intercâmbios educacionais e relações culturais entre dos professores e alunos, enquanto a Alemanha deu 180,8 mil eu-ros para a aquisição de equipamentos como câmeras fotográficas, computadores e lupas. O país prometeu até 1 milhão de euros, a serem repassados à medida das necessidades.

## RARIDADES RESGATADAS

Até agora, R\$ 11 milhões foram empregados na retirada de escombros, na construção de uma cobertura sobre o prédio e no reforço das paredes da construção. Parte desse dinheiro também foi usada no projeto executivo para a recuperação da fachada e de telhados da instituição, com conclusão prevista para o primeiro semestre de 2020. Só depois as obras terão início. A expectativa é reabrir as portas em 2022, com uma exposição para festejar o bicentenário da Independência Brasileira.

Durante a coletiva de imprensa, a vice-coordenadora do núcleo de resgate do acervo — formado por 46 pesquisadores —, Luciana Carvalho, apresentou novos itens recuperados de coleções da Itália, do Egito, do Japão, do Peru e da Nova Zelândia. Entre eles, um capacete e uma máscara de armadura samurai, que provavelmente entraram para o acervo de etnologia no século XIX; a Lâmina de Machado proveniente da Nova Zelândia, uma arma de guerra metálica de jade que fazia parte da sala de exposição Culturas do Pacífico; e uma estatueta em bronze da deusa Bastet, que, no Egito Antigo, era a personificação de Sekhmet, conhecida por proteger a saúde das pessoas, os lares e a fertilidade. A coleção egípcia continua a ser a maior do país em número de peças. Após o incêndio, chegou-se a imaginar que ela tivesse se perdido completamente. Porém, mais de 300 itens foram retirados dos escombros.

Para Luciana, ainda não é possível dimensionar o número de peças encontradas na área de 2 mil metros quadrados, considerando apenas as buscas no primeiro pavimento do prédio.

— Não temos um número total de peças resgatadas, o que só conseguiremos no inventário. Temos um número de 4.382 formulários registrados, mas isso não significa número de peças— explica a pesquisadora.

Durante as obras emergenciais, foram retiradas duas mil toneladas de entulho, vigas metálicas e outros materiais.

\* Estagiária, sob a supervisão de Leila Youssef

topo ↕

## **VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL**

### **À espera de verba privada, Museu Nacional prevê reabrir em 2022**

Perto de completar um ano do incêndio que destruiu 46% das coleções do Museu Nacional, no próximo dia 2 de setembro, a reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Denise Pires, informou que a reinauguração de pelo menos uma seção do palácio deve acontecer em 2022, por ocasião das comemorações do bicentenário da Independência.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6412143/espera-de-verba-privada-museu-nacional-preve-reabrir-em-2022>

topo ↕

## **A TARDE - BA - BAHIA**

### **Vigilantes da Ufba fazem ato e seguem em greve**

Na manhã de ontem, os vigilantes terceirizados que prestam serviço para a Universidade Federal da Bahia (Ufba) protestaram em frente à reitoria da Ufba, no Canela. Por meio de nota, a Ufba anunciou, ontem, o pagamento de parte da dívida com o Grupo MAP, empresa responsável pela prestação de serviços de vigilância à instituição e a categoria permanece em greve.

Os trabalhadores se reúnem hoje, às 8h, no campus do Canela. Conforme informações do Sindicato dos Vigilantes da Bahia (Sindvigilantes), a universidade possui uma dívida de R\$ 15 milhões com a empresa MAP, entidade responsável pela prestação de serviços dos 338 vigilantes. A categoria reivindica que a Ufba pague os salários diretamente aos profissionais de segurança.

Prejuízos

“A Polícia Militar foi solicitada pela universidade para realizar fiscalizações periódicas no entorno da instituição, mas a universidade permaneceu com as aulas suspensas no período noturno. Sem os agentes da segurança privada, há risco de assaltos e arrombamentos”, diz o secretário do Sindvigilantes, Antônio Cláudio. Além disso, a Ufba alega que segue em tentativas com o Ministério da Educação (MEC), no intuito de conquistar desbloqueio do orçamento previsto na Lei Orçamentária Anual, o que permitirá a regularização dos pagamentos aos seus fornecedores.

topo ↕

## **CORREIO DA BAHIA - BA - BAHIA**

### **Vigilantes da Ufba decidem se voltarão às atividades em assembleia desta quinta (29)**

Os vigilantes que prestam serviços à Universidade Federal da Bahia (Ufba) decidirão nesta quinta-feira (29), a partir das 8h30, se retomarão as atividades. Eles, que estão em paralisação desde a última terça-feira (27), vão se reunir em frente à Reitoria, no bairro

do Canela.

Nesta quarta-feira (28), a instituição pagou parte da dívida de R\$ 15 milhões com a empresa MAP, responsável pelo serviço terceirizado de vigilância. Mesmo com o pagamento, a greve dos seguranças se manteve e as aulas noturnas na Universidade Federal da Bahia (Ufba) foram suspensas em reunião do Conselho Universitário (Consuni) da instituição.

Na assembleia desta quinta, os trabalhadores vão debater se devem retornar aos postos. A preocupação deles, segundo o presidente do Sindicato dos Vigilantes (Sindvigilantes), José Boaventura, é a possibilidade da suspensão do contrato de prestação de serviço com a Ufba. Caso isso ocorra, os funcionários ficariam 180 dias afastados e sem receber salários.

“Nós temos que buscar da empresa a garantia do emprego. A empresa fez uma proposta de suspensão e eu não sei se esse pagamento resolve o problema e retira a ameaça de suspensão”, explicou Boaventura. Durante a greve, a classe se comprometeu fazer a segurança do Hospital das Clínicas, da maternidade Climério de Oliveira e do Museu de Arte Sacra.

#### Pagamento

Em nota, a Ufba informou que foram pagos R\$ 2,1 milhões do valor devido, mas o sócio diretor da MAP, Sisnando Lima, informou ter recebido apenas uma ordem de pagamento, no valor de R\$ R\$ 678.890, o que representa 4% da dívida. O CORREIO teve acesso ao documento de remuneração.

A quitação parcial ocorreu um dia após o anúncio da paralisação por tempo indeterminado dos trabalhadores terceirizados que atuam na segurança da Ufba. Pela manhã, cerca de 60 funcionários fizeram uma manifestação em frente ao prédio da Reitoria.

O sócio diretor da MAP afirma ainda que a universidade prometeu pagar outros cerca de R\$ 1,4 milhão nesta quinta, o que chegaria ao pagamento total anunciado pela Ufba. Com a fatura de agosto, que chega para a universidade no dia 2 de setembro, a dívida subiria para R\$ 17 milhões.

“Os R\$ 670 mil não muda em nada para mim, porque é apenas 4% do valor. Vou confirmar o segundo depósito e conversar com o reitor, para ver a ideia dele. Eu não vou ficar sempre com essa dívida. Eu tenho que ter um planejamento da reitoria da amortização da dívida para decidir sobre a suspensão”, decretou Sisnando.

#### Suspensão do contrato

O prazo mínimo para a apreciação do processo de suspensão do contrato termina nesta quinta (29). O presidente do Sindvigilantes informou que o sindicato pediu mais uma semana para analisar o assunto. A MAP confirma ter recebido a solicitação, que ainda não foi acatada.

O sócio diretor da empresa, entretanto, explica que ainda não há um posicionamento sobre a suspensão do contrato, já que ele ainda vai negociar com a Ufba. “O prazo dos 10 dias é o rito, mas posso fazer isso depois. Eu dependo da comprovação do depósito e

da conversa com a universidade. Se eu receber migalhas e aumentar o endividamento, fica difícil para mim”, afirmou.

Em nota, a Ufba ressalta que estuda as medidas jurídicas cabíveis para o caso e que uma nova resolução sobre o assunto vai ser tomada após a realização da assembleia dos vigilantes.

No texto, a instituição relata que tenta desbloquear totalmente o orçamento previsto na Lei Orçamentária Anual, o que “permitirá regularizar os pagamentos a seus fornecedores”. Entretanto, a Ufba aponta que não é possível destinar a “totalidade dos limitados recursos disponíveis ao pagamento prioritário de uma única empresa”, em função da existência de outras dívidas.

A Universidade Federal da Bahia aponta ainda que os cortes e o bloqueio de 30% do orçamento da instituição pelo governo federal afetam diretamente “a vida dos membros da comunidade universitária, entre eles os trabalhadores terceirizados”.

Questionado pelo CORREIO, o Ministério da Economia (MEC) reenviou uma nota da última terça-feira (27), na qual afirma que articula com o Ministério da Economia a possibilidade de ampliação do envio de recursos para a pasta. O MEC afirma ainda que, caso haja melhoria no cenário econômico no segundo semestre, os valores bloqueados podem ser reavaliados.

Em contato com o CORREIO, o Ministério da Economia afirmou que é possível que haja a liberação de mais recursos em medida de urgência. Para isso, a pasta deve analisar o pedido, que pode ou não ser acatado. O ministério apontou ainda que os cortes de verbas são feitos no orçamento enviado para as pastas e estas podem repassar os valores de forma discricionária.

\*Com supervisão da Chefe de Reportagem Perla Ribeiro

topo 

## **DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - OPINIÃO**

### **Ciência em colapso**

#### **OPINIÃO**

Editoria executiva: Paula Losada e Vandek Santiago Editoria de arte e multimídia:

Jaíne Cintra Assistente de arte: Zianne Torres

A crise econômica, que se arrasta por mais de meia década, não poupou nenhum setor. Alguns ganham visibilidade porque frequentam o noticiário diário com imagens dolorosas e estatísticas preocupantes. É o caso da educação, da saúde, da segurança, do mercado de trabalho, da mobilidade urbana. Outros se restringem a nichos mais restritos e, por isso, menos divulgados pelos meios de comunicação de massa. É o caso da ciência e tecnologia.

Em razão do contingenciamento de R\$ 2,32 bilhões — 41,9% das verbas previstas para gastos discricionários na área, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) anunciou a suspensão das cerca de 80 mil bolsas ligadas à pasta, a partir de setembro. Antes, projetos de pesquisa, ações de divulgação e eventos científicos foram prejudicados ou cancelados. Para evitar apagão no setor, o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, tem pleiteado a liberação de recursos ao ministro

da Economia.

O aperto no segmento de pós-graduação e pesquisa não se deve à criatividade da equipe de Paulo Guedes. As dificuldades vêm de longe. Há anos, mesmo em períodos de vacas gordas, os órgãos de fomento à pesquisa e à formação acadêmica têm enfrentado contínuos cortes de receitas. Vale exemplo recente. Em 2014, o orçamento do CNPq foi de R\$ 1,3 bilhão. Em 2019, despencou para R\$ 784 milhões, montante que só será embolsado com a suspensão do bloqueio. É preocupante.

O Brasil não ocupa posição de vanguarda mundial na produção de ciência e tecnologia. Uma das principais razões do atraso é a baixa qualidade da educação. Sem ter passado da fase da universalização do ensino para a fase da excelência, o país ficou para trás. O quadro se agravou com a eclosão das atuais dificuldades orçamentárias cuja face mais cruel são os mais de 12 milhões de desempregados.

As consequências cobrarão preço alto. De um lado, interrompem-se pesquisas e perdem-se experimentos que, para serem retomados, exigirão volta ao ponto de partida. De outro, registra-se a fuga de cérebros. Pessoas talentosas buscam no exterior oportunidade de aprofundar conhecimentos e de conquistar espaço no mercado de trabalho.

Cientistas com formação em áreas estratégicas e enorme potencial de inovação, formados com recursos públicos brasileiros, vão prestar serviço na Europa ou nos Estados Unidos. Em nações com carência de mão de obra sofisticada como o Brasil, a emigração de indivíduos com alto nível educacional representa perda de trabalhadores indispensáveis para o salto de qualidade de que a economia tanto precisa para ganhar competitividade internacional. Ao retomar o crescimento, o Brasil precisará de cérebros com ideias inovadoras. O bom senso manda retê-los.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**Alvo de protestos, reitor ainda não conseguiu despachar na UFC, uma semana após ser empossado**

**Nomeado por Bolsonaro, Cândido Albuquerque enfrenta resistência da comunidade acadêmica da Universidade Federal do Ceará.**

O reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC), professor Cândido Albuquerque, empossado oficialmente pelo Ministério da Educação (MEC) há 7 dias, ainda não conseguiu despachar do prédio da reitoria da UFC, no Bairro Benfica, em Fortaleza. O reitor confirmou ao G1 que, durante esses primeiros dias de gestão, segue trabalhando em diversas unidades e departamentos da UFC e "aguarda o momento oportuno de atuar na própria reitoria". Cândido alega que isto se deve à situação de animosidade provocada, segundo ele, "por um pequeno grupo contrário a sua posse". O G1 apurou que ele já esteve na Faculdade de Direito e na Casa José de Alencar, mantida pela UFC.

Desde a nomeação feita pelo presidente Jair Bolsonaro, na segunda-feira (19), grupos de estudantes e professores manifestam-se contra a escolha, pois o presidente quebrou a tradição de nomear o candidato com a maior preferência da comunidade acadêmica. O atual reitor foi o candidato com menor número de votos na consulta pública na universidade e o segundo colocado na lista tríplice realizada pelo Conselho Universitário (Consuni). Na consulta pública com 11.997 eleitores, Cândido Albuquerque, teve 610 votos. Custódio Almeida, o candidato mais votado, teve 7.772.

Na terça-feira, em mais um ato de protesto contra a nomeação, estudantes instalaram uma espécie de gabinete no cruzamento da Avenida da Universidade com a 13 de Maio, no Bairro Benfica, em Fortaleza, nas proximidades da reitoria.

Questionado se já esteve no prédio da reitoria, Cândido disse nesta quarta-feira (28), que "fui, mas não vou ficar indo lá". De acordo com o reitor, ele tem despachado de outros departamentos da UFC. "Estou indo e saindo. É até uma maneira de interagir com as outras unidades". Indagado sobre quais foram os prédios em que já despachou, Cândido preferiu não comentar.

"A universidade está funcionando normalmente. O grupo de insatisfação não atinge 1%", ressalta ele. O não comparecimento à reitoria, enfatiza, deve-se a "uma questão de animosidade. Eu estou fazendo isso porque estou abrindo o diálogo". Não há previsão de quando ele irá comparecer ao gabinete no Benfica.

O reitor também foi questionado sobre como, diante do cenário de manifestações, pretende abrir o diálogo com a comunidade acadêmica. No entanto, embora ressalte que há disposição, não especificou como isso tem ocorrido na prática. "Em primeiro lugar, o grupo que está insatisfeito é muito pequeno. São 50 ou 60 pessoas. Eu estou disposto ao diálogo. Estou procurando todos eles porque esse é o objetivo. Nós estamos abertos e estamos procurando as pessoas", finalizou.

Cronologia dos protestos:

Dia 19 de agosto: nomeação de Cândido Albuquerque é anunciada em edição extra do Diário Oficial da União.

Dia 20 de agosto: estudantes bloqueiam o cruzamento entre as avenidas da Universidade e 13 de Maio, no Bairro Benfica, em Fortaleza, contra a escolha do novo reitor. Cândido diz que não foi "indicado para ser líder político".

22 de agosto: Cândido Albuquerque toma posse como novo reitor da UFC na sede do Ministério da Educação, em Brasília.

23 de agosto: manifestantes fecham acessos da reitoria da UFC em protesto contra a nomeação de novo reitor. Com reitoria bloqueada por alunos, transferência de cargo de novo reitor da UFC acontece em outro local.

26 de agosto: manifestantes voltaram a fechar os acessos à reitoria da UFC. A segurança no local foi reforçada, segundo a instituição.

27 de agosto: universitários instalam gabinete em avenida de Fortaleza em novo protesto contra Cândido Albuquerque.

topo ↕

**G1 - TEMPO REAL**

**UFSC analisa diminuir número de refeições e congelar bolsas por conta de bloqueio no orçamento**

**Medidas devem começar a valer a partir da semana que vem. MEC anunciou em abril bloqueio de 30% na verba para universidades e institutos federais.**

A Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) estuda medidas como diminuir o número de refeições no Restaurante Universitário (RU) e congelamento de bolsas para acomodar os bloqueios na verba anunciados pelo Ministério da Educação (MEC) em abril. As medidas devem começar a valer a partir da semana que vem.

Por nota, o Ministério da Educação afirma que está em conversa com o Ministério da Economia e que o repasse dessa verba depende de uma melhora da situação financeira do país no segundo semestre. Também disse que o ministério vem repassando um pouco da verba para as instituições que comprovam que têm dívidas.

As medidas da UFSC foram apresentadas na terça-feira (27) pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis ao Sindicato das Universidades Federais de Santa Catarina (Apufsc), ao Sindicato de Trabalhadores em Educação das Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado de Santa Catarina (Sintufsc) e ao Diretório Central de Estudantes (DCE).

## Medidas

No RU, o uso do restaurante deve ser restrito aos estudantes que possuem isenção por questões socioeconômicas. O local passaria a servir entre 2,5 mil e 3 mil refeições. Atualmente, são cerca de 14 mil.

Outra medida é a suspensão do repasse mensal feito para os centros de ensino. Desde junho, o repasse já havia sido reduzido em 30%.

Também pode haver o cancelamento da Semana de Ensino Pesquisa e Extensão (Sepex), que é um dos maiores eventos de divulgação científica do estado. Ela ocorreria em outubro e costuma trazer 60 mil pessoas para o campus da UFSC em Florianópolis.

Por fim, há o congelamento das bolsas de estágio, extensão e monitoria. As que ficarem vagas a partir de setembro não serão repostas.

Com as medidas, a Reitoria espera economizar mais R\$ 2 milhões por mês. Desde junho, a UFSC já adotou medidas de redução de gastos. Com elas, a instituição tem conseguido economizar 1,2 milhão por mês cortando custos como combustível. Nesse cenário, conseguiria manter a universidade com cerca de R\$ 9 milhões mensais.

As medidas devem ser apresentadas a toda a comunidade acadêmica na quinta-feira (29) às 13h30 no campus de Florianópolis.

## Cortes

O Ministério da Educação foi alvo de dois contingenciamentos neste ano, determinados pelo governo federal como forma de enfrentar a crise econômica. Em março, foram bloqueados R\$ 5,8 bilhões. Em abril, o MEC anunciou o bloqueio de 30% da verba das universidades e disse que poderia liberar o dinheiro se a economia fosse retomada ou a reforma da previdência fosse aprovada. Em julho, outro decreto bloqueou R\$ 348,47 milhões da pasta.

Veja mais notícias do estado no G1 SC

[topo](#)

**G1 - TEMPO REAL**

**Todas as 18.470 bolsas do CNPq em SP estão ameaçadas de possíveis cortes Estado lidera ranking de estudantes com incentivo vindo de agência de fomento ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; ainda há déficit orçamentário.**

Todos os 18.470 pesquisadores do estado de São Paulo podem ser afetados, a partir de setembro, pelo possível corte das bolsas fornecidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), principal agência de fomento à ciência do governo federal ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, afirmou ao Blog da Adréia Sadi que “implorou” ao ministro da Economia, Paulo Guedes, a liberação dos recursos necessários “ao pagamento das bolsas do CNPq até o final deste ano”.

São Paulo é o estado com maior quantidade de pesquisadores ameaçados pelo possível corte de repasses. Os 18.470 bolsistas representam 22% do 83.405 estudantes com bolsas de todo o país com trabalhos de pesquisa possivelmente comprometidos a partir do mês que vem. Em seguida, aparecem o Rio de Janeiro (16.996 bolsistas), Minas Gerais (7.650 bolsistas), Rio Grande do Sul (7.183 bolsistas) e Paraná (4.253 bolsistas).

De acordo com o CNPq, 88% dos 784,78 milhões previstos pela Lei Orçamentária Anual de 2019 para serem executados ao longo deste ano já foram utilizados. Na avaliação do ministro Pontes, o pagamento das bolsas entre setembro e dezembro requer um repasse adicional de R\$330 milhões, o que não foi garantido pelo Ministério da Economia até o momento da publicação desta reportagem.

#### Receio na USP

Alunos do Centro de Pesquisa sobre o Genoma Humano e Células-Tronco, da Universidade de São Paulo (USP), estão com receio de perderem as bolsas. Segundo a diretora do centro, Mayana Zatz, o cenário é “de total insegurança”.

“Situação é desesperadora. Se você interrompe perde tudo o que você já fez. Será um prejuízo gigantesco. Perde todo o dinheiro que já foi investido que vai para o ralo”, disse Zatz.

“Eles não sabem o que será o dia de amanhã. É uma falta de perspectiva para os estudantes e para a área de pesquisa. Nós escrevemos um manifesto para entregar ao CNPq mostrando o quanto que os institutos de pesquisa recebem de financiamento e o quanto que produziram de pesquisa para as áreas, para mostrar a importância de continuar recebendo o benefício.”

Na manhã desta quarta-feira, em Brasília, o presidente do CNPq, João Luiz Filgueiras de Azevedo, participou de uma audiência pública da Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle (CTFC), do Senado, para falar sobre a possível suspensão do pagamento das bolsas.

Em nota, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) disse que “tem se empenhado junto ao Ministério da Economia e a Casa Civil para resolver a situação orçamentária do CNPq.”

Ainda segundo o ministério, o "MCTIC informa ainda que não houve contingenciamento e que repassou integralmente ao CNPq os recursos previstos na Lei Orçamentária para o ano de 2019. O valor de R\$ 330 milhões é que falta para cobrir os custos das bolsas até o fim do ano, situação que já estava prevista na aprovação da LOA em 2018. Portanto, é necessária a aprovação de crédito suplementar para recompor o orçamento do CNPq."

O Ministério da Economia foi procurado para comentar o tema, mas disse que isso é atribuição do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

topo ↕

## R7 - TEMPO REAL

### **Base curricular garante ensino uniforme para alunos de todo país BNCC é a coluna dorsal para todo o processo de aprendizagem para os estudantes da educação infantil até o médio, em escolas públicas ou privadas**

Entre as siglas do MEC (Ministério da Educação), a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) é uma das conquistas mais importantes para a Educação.

A base é um documento que regulamenta quais são as aprendizagens essenciais a serem trabalhadas nas escolas brasileiras de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A meta é que todos os estudantes tenham garantido o direito à aprendizagem e de maneira uniforme.

Desta forma, a BNCC garante o direito de igualdade na educação, crianças e jovens de escolas públicas ou particulares, de Norte a Sul do país, deverão desenvolver as mesmas competências ao longo dos anos.

Leia mais: Como ajudar seu filho a ser um profissional do século 21

“A BNCC é um conjunto essencial de aprendizagens, deixa claro qual é o direito das crianças e dos jovens de todo o Brasil, o que não tínhamos claro na legislação anterior”, avalia Alice Ribeiro, Secretária Executiva do Movimento pela Base Nacional Comum Curricular.

Importante destacar que a Base não determina o currículo, mas deixa claro o que é importante, essencial e obrigatório para todos os alunos, sem, no entanto, dizer como ser ensinado. “Não diz qual o conteúdo, sim, as competências que devem ser desenvolvidas ao longo do tempo pelos estudantes”, explicam Thaianne Pereira, coordenadora de projetos do Todos pela Educação.

Na prática, a Base terá um impacto grande, “ela funciona como a espinha dorsal para toda a educação, não é mais um programa ou projeto do MEC, são as coordenadas para tudo o que diz respeito ao pedagógico”, avalia Alice.

Significa que a BNCC deve servir como referência para essa construção dos currículos, para formação inicial e continuada dos professores, para elaboração dos materiais didáticos, para reelaboração das matrizes de avaliação. E vai impactar a vida de 50 milhões de alunos das quase 200 mil escolas brasileiras públicas e privadas, dos quase 2 milhões de professores que o Brasil tem.

O texto da Base foi finalizado em 2017 e está saindo do papel. No caso da educação

infantil e do ensino fundamental, os novos currículos já foram construídos pelos estados em regime de colaboração com os municípios. E dos 27 estados da federação 25 já aprovaram o conteúdo. Esse material aprovado está sendo encaminhado para a construção de projetos pedagógicos pelas redes e devem chegar à sala de aula no ano que vem.

Como foi aprovada em 2018 a legislação sobre o novo ensino médio, o processo demorou um pouco mais e os estados ainda estão na fase de construção dos currículos. De acordo com a lei, os estudantes terão uma grade básica, mas poderão escolher conteúdos de acordo com o seu interesse e deverão, também, desenvolver habilidades sócio emocionais. “Essa mudança é importante para colocar os estudantes no século 21, o novo ensino médio se adapta melhor à realidade”, observa Thaiane.

“A expectativa é imensa, acreditamos que a Base diminuirá a desigualdade na Educação brasileira uma vez que ela explicita direitos, um direito que não é explicitado é muito mais difícil de ser cumprido”, diz Alice. “Vale lembrar que essa base traz não só esse olhar do que é importante que os alunos aprendam em português ou em matemática, mas quais são os valores, atitudes, habilidades e competências gerais que devem desenvolver e que os tornam cidadãos melhores para o século 21.”

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### **Crise do CNPq: como chegamos a esse ponto e o que a ciência do Brasil perde** **Marcos Pontes, ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Cleia Viana/Câmara dos Deputados**

A pesquisa científica no Brasil pode levar um duro golpe em breve. A razão para tal é que, a partir de outubro, as bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) podem deixar de ser pagas. O motivo? O dinheiro da entidade para este ano está no fim.

A informação foi trazida ao público pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, durante uma entrevista ao programa "Em Foco", do canal de TV por assinatura GloboNews, que foi ao ar nesta quarta-feira (28). E representa o ápice de uma crise que ronda o Conselho —responsável pelo pagamento de 84 mil bolsas— nos últimos meses.

Em julho, o CNPq suspendeu a divulgação de edital para concessão de novas bolsas de pesquisa por não ter recursos para tal. Já no início de agosto, a entidade revelou que já havia usado 88% de toda a verba de 2019 destinada ao pagamento de bolsas.

Para fechar a conta, o CNPq precisaria de mais R\$ 330 milhões. Não se trata de uma informação nova, uma vez que a entidade já previa esse déficit em suas contas desde a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019, que aconteceu em 20 de dezembro do ano passado.

Esse crédito adicional, por sua vez, está em análise no Ministério da Economia desde 1º de março —o valor inicial, de R\$ 310 milhões, foi revisto para R\$ 330 milhões em 30 de julho. A sua liberação era uma condição para que o governo federal tivesse o pedido de crédito suplementar de R\$ 248 bilhões aprovado pelo Congresso Nacional, o que ocorreu em 11 de junho.

Mesmo com o fôlego financeiro extra aprovado pelo Congresso, até o momento a verba

destinada ao CNPq não foi aprovada pelo Ministério da Economia. E pior: não há uma previsão concreta para que isso aconteça.

Procurado pelo Tilt para comentar sobre o assunto, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações disse que tem se empenhado junto ao Ministério da Economia e a Casa Civil para resolver a situação orçamentária do CNPq e que agora só depende do repasse do dinheiro previsto na LOA para o conselho.

O MCTIC informa ainda que não houve contingenciamento e que repassou integralmente ao CNPq os recursos previstos na Lei Orçamentária para o ano de 2019. O valor de R\$ 330 milhões é que falta para cobrir os custos das bolsas até o fim do ano, situação que já estava prevista na aprovação da LOA em 2018. Portanto, é necessária a aprovação de crédito suplementar para recompor o orçamento do CNPq

Nota do Ministério da Ciência

Como seria a pesquisa sem bolsas?

"A minha carreira acadêmica não existiria. Imaginar um pesquisador sem bolsa é como pensar em alguém trabalhando sem receber qualquer salário", diz Laura de Freitas, doutora em Biociências e Biotecnologia, cofundadora do canal do YouTube Nunca vi 1 Cientista, dedicado às ciências, e bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

É o mesmo ponto de Ana Bonassa, doutora em Ciências e parceira de Freitas no canal do YouTube. "Após terminar a graduação, eu estaria em qualquer outra área, fora da pesquisa científica. Tenho vários exemplos de amigos que se formaram comigo e saíram da área. Não ter bolsa após a graduação é ruim para a ciência, que perde, e muito, recursos humanos", diz.

A possibilidade das bolsas do CNPq deixarem de ser pagas preocupa o meio acadêmico. "Eu considero isso como uma emergência nacional. Sem essa verba, os laboratórios não se sustentam e a ciência nacional para", diz Alcía Kowaltowski, professora e vice-chefe do departamento de Bioquímica no Instituto de Química da Universidade de São Paulo (USP).

Em geral, as instituições recebem a verba proveniente de entidades como CNPq e distribuem internamente, usando critérios como a classificação dos aspirantes a bolsa.

Kowaltowski ressalta que a situação já estava crítica desde que o CNPq parou de aprovar a concessão de bolsas. E, aqui, não se trata da criação de novas bolsas, mas sim a "transferência" de bolsas de quem já defendeu sua tese, ou terminou a pesquisa, aos novos estudantes.

Mesmo em um contexto de crise econômica, cortes nos investimentos em ciência e tecnologia não são uma boa ideia. "Os países que melhor superaram momentos de crise foram os que investiram nessas áreas", diz ela.

As bolsas pagas pelo CNPq variam entre R\$ 100, no caso da Iniciação Científica Júnior, até R\$ 14 mil para Pesquisador Visitante Especial, casos pontuais de pesquisadores internacionais líderes em sua área que se disponham a passar um mês no Brasil a cada ano, por até três anos. A lista de valores pode ser vista aqui.

Além disso, parte da verba do conselho é destinada à manutenção de laboratórios. Uma vez que esse dinheiro não chegue ao seu destino, pesquisas em andamento são suspensas e não há como começar novos estudos.

Supondo que a verba do CNPq, de fato, não chegue, os pesquisadores terão que depender de outras entidades, como a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, ligada ao Ministério da Educação e que atua em nível nacional; e as entidades de fomento à pesquisa estaduais, como a Fapesp, que existem em cada estado da federação. E uma situação do tipo poderia causar outros problemas.

"Quem estiver no estado de São Paulo ficaria em uma situação um pouco menos pior, já que a verba da Fapesp é a maior do país, considerando órgãos similares em outros estados. A tendência, porém, é que o conhecimento fique ainda mais concentrado em São Paulo e que a Fapesp acabe sobrecarregada e faça cortes de financiamento", diz Freitas.

"Teria uma discrepância cada vez maior entre as pesquisas nos diferentes estados. Para contornar algo do tipo, teríamos que ter pessoas que se dedicassem à vida acadêmica por amor, o que só é possível para quem é rico. É uma situação extremamente elitista e lembraria como a ciência era feita antigamente, antes das bolsas. De novo, a ciência perde e muito", completa Bonassa.

Outra opção seria ter apoio do setor privado. Ainda que existam iniciativas do tipo, como o Serrapilheira, elas são isoladas. "Quando falamos sobre o financiamento proveniente de indústrias, o normal é que ele seja destinado a projetos dentro de um grupo de pesquisa, não a instituição ou a pós-graduação como um todo", salienta Freitas.

E a ciência no Brasil?

Nessa hora você pode estar se perguntando: "tá, mas o que essas pesquisas fazem no Brasil?". Primeiramente é preciso separar a ciência básica da ciência aplicada. Muitas pesquisas se enquadram no primeiro tipo —isto é, não buscam encontrar soluções práticas a princípio, mas sim criar conhecimento que pode servir de referência para descobertas futuras.

"Uma forma de explicar isso seria assim: a ciência básica seria como pesquisar a utilidade da farinha de trigo ou do fermento, enquanto a ciência aplicada seria produzir um bolo em si", exemplifica Freitas.

Em geral, feitos científicos que recebem prêmios Nobel se referem à ciência básica.

Para Bonassa, ficar sem ciência é "parar no tempo". "Ficamos sem entender como a natureza funciona e à mercê dela". Ela cita como exemplo a pesquisa sobre diabetes e como é necessário entender todos os pormenores da doença para fomentar o conhecimento nessa área e, talvez, daqui a alguns anos chegar a uma cura. E, com isso, salvar vidas.

Sem bolsas de pesquisa no Brasil, dificilmente veremos descobertas pioneiras em todo o

mundo, como o uso da pele de tilápia como curativos, a criação de um gel de gengibre que previne amputações em caso de diabetes, o transplante de útero proveniente de doadora morta ou descobrir utilidades para materiais inusitados, como a casca da macadâmia.

Em resumo: há muito a se perder.

## **AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL**

**União entre Estado, empresas e academia alavanca inovação no Nordeste**  
**Seminário discutiu iniciativas na região, que possui maior polo tecnológico do país**  
O Nordeste vem tentando superar os baixos níveis de investimento em ciência e tecnologia na região com parcerias entre setor público, empresas e academia. Algumas iniciativas desse tipo foram apresentadas pelos debatedores do 3º Seminário Inovação no Brasil, ocorrido na quarta-feira (28), no auditório da Folha.

Um dos projetos discutidos, o programa Cientista Chefe, foi criado no ano passado pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap).

“Buscamos nas universidades as parcerias para que doutores, mestres e estudantes possam estar dentro das secretarias e construir ferramentas inovadoras para a vida prática da população”, afirmou Camilo Santana (PT), governador do Ceará e um dos debatedores. “Investimos R\$ 21 milhões, por ano, nessa parceria.”

O programa seleciona pesquisadores com destaque na produção acadêmica para criar projetos em sete áreas consideradas estratégicas pelo governo estadual: recursos hídricos, recursos renováveis, saúde, educação, segurança pública, pesca e análise de dados.

O cientista selecionado recebe uma bolsa vinculada à Funcap e discute diretamente com as secretarias responsáveis a aplicação dos conhecimentos gerados na gestão pública. Ele continua trabalhando na universidade.

O governador citou como exemplo de bom resultado o Spia, na área da segurança pública. “Colocamos 112 especialistas dentro da secretaria de segurança. Criaram o Sistema Policial Indicativo de Abordagem, de monitoramento e rastreamento de veículos. Recuperamos 96% dos veículos roubados. Está sendo copiado pelo Ministério da Justiça para ser aplicado no resto do Brasil”, disse.

No Recife, o parque tecnológico Porto Digital, um dos principais do país, é focado na ciência da computação e no desenvolvimento de softwares.

Criado em 2000 com apenas duas empresas, hoje o polo abriga mais de 320, e revitalizou o centro histórico da cidade. O projeto é gerido por uma organização social privada sem fins lucrativos, o Núcleo de Gestão do Porto Digital.

“É ao mesmo tempo um projeto de recuperação histórica e de geração de emprego e renda”, afirmou Pierre Lucena, presidente do Porto Digital e professor de finanças da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

A ideia inicial do projeto era absorver a mão de obra qualificada, especialmente em

ciência da computação, formada no estado.

O curso de ciências da computação da UFPE possui nota máxima na avaliação de cursos de pós-graduação da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, mas os jovens formados, de acordo com Lucena, deixavam o estado.

O Porto Digital tem 10 mil trabalhadores e o plano é chegar aos 20 mil em até cinco anos.

Para ele, apesar da participação fundamental do poder público, o setor privado é quem vai tocar as atividades de inovação. “Todas as nossas empresas [do Porto Digital] são privadas e fazem questão de vender para o setor privado”, disse.

Ele avalia que o caminho para a inovação e o desenvolvimento do país está na tecnologia de ponta. “Temos grande oportunidade de colocar o Brasil no século 21 definitivamente. O jogo do digital está sendo jogado agora, ainda dá tempo de entrar”, afirmou.

Apesar das iniciativas citadas pelos debatedores, desigualdades regionais ainda são um entrave para o desenvolvimento a longo prazo do Nordeste, segundo Carlos Gadelha, doutor em economia pela UFRJ e coordenador das ações de prospecção da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz).

“Temos um hiato na questão regional. O Nordeste tem 28% da população [do país] e 14% do PIB. A participação nas patentes produzidas é de 5%. (...) Se este é o cenário, nós vamos aumentar a desigualdade regional brasileira se não tivermos uma visão nacional.”

Além disso, o financiamento público em ciência, tecnologia e inovação no país vem caindo. Foi consenso entre os debatedores que isso impede a inovação tanto no setor público, quanto no privado. “Inovador no Brasil, privado e público, está com medo. E inovador medroso não vai adiante”, afirmou Gadelha.

A preocupação reflete o ambiente de cortes de investimentos do governo federal, que ameaça a continuidade de trabalhos em ciência e tecnologia.

“Precisamos do Estado trabalhando junto e fomentando. (...) A preocupação que temos é que os instrumentos de fomento estão todos paralisados”, apontou Lucena.

O seminário Folha contou com o apoio do governo do estado do Ceará, da Secretaria de Transportes Metropolitanos do estado de São Paulo e do Instituto Coca-Cola Brasil.

topo ↕

## **AL1 - TEMPO REAL**

### **Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação será realizado na Unit em Maceió**

Nos próximos dias 29 e 30 de agosto, a partir das 8h, o Centro Universitário Tiradentes –Unit AL sediará o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior – FOPROP Nordeste. No encontro, gestores das IES e representantes de órgãos reguladores e financiadores de programas de pós-graduação irão discutir o cenário atual de contingenciamento e articular proposições.

Os participantes serão recebidos no Anfiteatro do Campus Amélia Maria Uchôa, em Cruz das Almas, onde ouvirão as boas-vindas de Dário Arcanjo, Reitor da Unit AL; George Rego Albuquerque, coordenador do FOPROP Nordeste; Fábio Guedes, presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal) e vice-presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP); Diego Menezes, presidente do Instituto de Tecnologia e Pesquisas (ITP); e Daniela Kabengele, pró-reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão da Unit AL.

“Este encontro é importante para discutir as estratégias voltadas à manutenção da pesquisa, inovação e pós-graduação no âmbito regional e nacional. Na atual conjuntura, mais do que nunca, os pró-reitores de pesquisa e pós-graduação devem estar unidos para enfrentar os desafios”, ressalta Daniela Kabengele, Pró-Reitora da Unit AL.

## Programação

No primeiro dia de atividades, os gestores cumprirão agenda com formação da mesa de debates ‘Fomentos e Convênios’, apresentada por Zena Martins, diretora de Programas e Bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, que falará sobre a distribuição das bolsas de ensino, fomento ao Programa Nacional de Pós Doutorado (PNPD) e áreas prioritárias.

Em seguida, Fábio Guedes apresentará ‘O papel das Fundações de Amparo à Pesquisa no financiamento’. No período da tarde, Márcio Guerra, professor doutor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF/MG), abordará o assunto ‘Comunicação: Divulgação Científica’. Logo após, será feita uma apresentação dos resultados GT’s e ações multimídia.

Na sexta-feira (30), das 9h às 12h30, a programação continua com o tema ‘Avaliação Multidimensional e Autoavaliação’, que será debatido por Sérgio Avellar, Coordenador Geral de Normatização e Estudos da **CAPES**. E por fim, Ronaldo Lopes, coordenador da Área de Zootecnia e Recursos Pesqueiros do **CAPES**, apresentará a pauta ‘Qualis Periódicos. Devemos ainda nos preocupar com isto?’.

Sobre o FOPROP - O Fórum reúne gestores das instituições de ensino superior brasileiras, públicas e particulares, para uma melhor interação dos profissionais que se dedicam regularmente à pesquisa, à inovação e à pós-graduação com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e os órgãos financiadores de pesquisa e da pós-graduação.

O FOPROP se consolidou como entidade de direito privado, que representa atualmente 248 instituições de ensino superior e de pesquisa associadas, de diferentes segmentos (públicas, comunitárias e particulares) e sediadas em todos os estados e regiões do país. No âmbito de suas competências, definidas em seu Estatuto, o Fórum tem procurado ser protagonista na defesa e promoção da pesquisa, da pós-graduação, da tecnologia e da inovação.

Fonte: Algo Mais Consultoria e Assessoria

topo ↕

**GAZETA DO POVO – PR - TEMPO REAL**

**CNPq não tem dinheiro para bolsas em setembro, diz MCTI**

Dos R\$ 329 milhões de déficit previsto entre setembro e dezembro de 2019, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) conseguiu economizar, até agora, R\$ 60 milhões. Essa economia vem de rearranjos em despesas previstas, como o corte de bolsas ociosas. Segundo o órgão, esse dinheiro, porém, não é suficiente para pagar as bolsas de setembro, que vencem em 1º de outubro. Os dados foram apresentados pelo presidente do CNPq, João de Azevedo, em audiência pública na Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (28).

“Se não houver uma forma de se recompor o orçamento, [o CNPq] vai parar de pagar bolsas, não posso executar um orçamento que não tenho”, declarou Azevedo.

Segundo o CNPq, da dotação anual de R\$ 770,8 milhões, a agência já usou R\$ 687,3 milhões em despesas entre janeiro a julho de 2019, resultando em um saldo de R\$ 83,5 milhões para agosto. Como os gastos previstos para agosto são de R\$ 82,5 milhões, restará apenas R\$ 1 milhão para cobrir o restante dos compromissos de 2019.

De acordo com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI), desde o início de 2019 existe negociação com o governo para liberar as verbas, “mas agora chegou a hora de saber de onde virão esses recursos”. A medida de urgência para setembro é usar economias da pasta para honrar as despesas.

“O CNPq já conseguiu arranjar R\$ 50 ou R\$ 60 milhões no seu próprio orçamento, com cortes no dia a dia, portanto, já estamos no sacrifício para pagar os R\$ 82 milhões agora no dia 5, no quinto dia útil do mês”, disse Júlio Semeghini, secretário-executivo do MCTI.

Para o resto do ano, o MCTI diz que pode deslocar recursos de outras despesas apenas se o Poder Executivo garantir a liberação de mais dinheiro para cobrir os buracos orçamentários remanejados.

“Estamos também fazendo uma reestruturação, cortando uma série de coisas, como já fez o CNPq, para ter uma parte desse recurso [de setembro]. E estamos negociando com o governo para complementar [para o resto do ano]. Estamos desde o início de 2019 negociando, mas agora chegou a hora de saber de onde virão esses recursos”, afirmou.

Por agora, o MCTI garantiu que não existe possibilidade de cortes das bolsas vigentes. Existem, atualmente, 80 mil bolsistas que recebem recursos do CNPq. Para 2020, a pasta informou que o orçamento enviado ao Congresso Nacional garantirá dinheiro para as bolsas durante o ano inteiro.

O Ministério da Economia foi convidado para participar do debate, mas não enviou representante nem informou o motivo da ausência.

As entidades de ciência afirmaram que a suspensão das bolsas colocará milhares de estudantes de iniciação científica e da pós-graduação em condições de inviabilidade de continuar com as pesquisas. Durante o debate, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) apresentou 900 mil petições em favor do fortalecimento do CNPq.

“O Brasil não vai avançar dessa forma em seu desenvolvimento econômico. Os países sabem que não existe fórmula mágica”, comentou o presidente da SBPC, Ildeu Moreira.

O discurso foi reforçado por Edward Brasil, reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG), representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Ele complementou que o recurso das bolsas é a única maneira para boa parte dos estudantes se dedicarem exclusivamente à pesquisa.

topo ↕

## JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

### **Associe-se à SBPC e contribua para o progresso da ciência e tecnologia do Brasil!**

Faça parte da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e junte-se a milhares de cientistas, estudantes, pesquisadores e professores que buscam representatividade e o desenvolvimento da ciência e da educação no País

Ser associado da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que luta há 71 anos pelo avanço científico e tecnológico e pelo desenvolvimento educacional e cultural do Brasil, significa validar e compactuar com tais ideais e lutas.

Desde a sua criação, em 1948, a SBPC tem se dedicado ao desenvolvimento do País. Seus primeiros anos coincidiram com a institucionalização da ciência no Brasil, com a criação, pelo governo federal, de organizações como o CNPq (1951) e a **Capes** (1951) – organizações aliadas a uma rede de instituições de ensino superior que se estruturava – e o fortalecimento da comunidade científica, que permitiram ao País demonstrar a capacidade de criar e utilizar conhecimento científico e tecnológico.

Durante os anos de governo militar, a SBPC cumpriu um papel fundamental de resistência, manifestando-se contra perseguições a professores, pesquisadores e estudantes, e interferências nos sistemas educacional e científico que pudessem ferir a autonomia das universidades.

A SBPC tem participado ativamente de todos os momentos cruciais da ciência brasileira nas últimas décadas, em particular na definição de políticas públicas para a Ciência & Tecnologia, com a inserção de um capítulo na Constituição Brasileira, e a criação de Fundações de Amparo à Pesquisa, em quase todos os estados.

Estas e outras ações são movidas pelo idealismo de cientistas que acreditam na ciência como propulsora do desenvolvimento do País. A SBPC quer você junto nesta luta.

Participe. Associe-se à maior sociedade científica do Brasil e ajude a SBPC a manter sua trajetória em prol do Brasil e dos brasileiros.

Conheça os benefícios como associado da SBPC aqui e filie-se agora mesmo neste link.

Jornal da Ciência

topo ↕

## JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

### **Coordenadores dos INCTs publicam manifesto em defesa da CT&I e das agências federais de fomento à pesquisa científica e tecnologia**

Eles manifestam-se pela restauração do orçamento, pela eliminação do contingenciamento de recursos e pela preservação do CNPq, **Capes** e Finep, instituições que, no âmbito federal, foram responsáveis pela consolidação da Pós-graduação e pelo desenvolvimento científico e tecnológico que levaram o Brasil à posição de destaque no

A **Capes** e o CNPq foram criados em 1951 com missões específicas. O CNPq é responsável por fomentar a Ciência, a Tecnologia e a Inovação, e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional. A **Capes**, por outro lado, tem a missão de “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país”. Na década seguinte foi criada a FINEP com a missão de promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas.

As missões do CNPq, **Capes** e Finep são distintas e complementares, pois o CNPq atua prioritariamente no apoio aos pesquisadores individualmente em todos os níveis e aos estudantes de ensino médio e de graduação – através dos exitosos programas de iniciação científica – e pós-graduação. A **Capes** é prioritariamente focada no apoio às pós-graduações das Instituições de Ensino Superior, enquanto a Finep apoia projetos de infraestrutura e grandes equipamentos em Instituições de Ciência e Tecnologia, públicas e privadas, bem como a inovação em empresas. Em resumo, a manutenção do CNPq, **Capes** e Finep cumprindo as suas respectivas missões é fundamental para o desenvolvimento Educacional, Científico e Tecnológico do Brasil.

Veja aqui o manifesto na íntegra.

Jornal da Ciência

topo ↕

## **JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL**

### **Nota conjunta à comunidade de Ciência da Informação e Museologia**

No documento, os pesquisadores afirmam que entendem que o CNPq é um órgão vital à ciência do País, e sua vulnerabilidade põe em risco a atuação estratégica do MCTIC para o desenvolvimento científico-tecnológico nacional

Veja abaixo a carta na íntegra:

À Comunidade de Ciência da Informação e Museologia

Manifestamos nossa preocupação com a evolução do quadro institucional e financeiro de apoio à ciência, tecnologia e inovação no País.

Em situação mais emergencial, encontra-se o CNPq, que, conforme amplamente divulgado, não disporá de recursos para o pagamento de bolsas, em todas as modalidades, afetando também o pagamento de auxílios, já a partir de setembro de 2019, caso não aconteça a prometida liberação de verba suplementar. Isto causará sérios prejuízos à manutenção dos bolsistas e suas respectivas atividades de pesquisa, agora atingindo também o apoio a eventos científicos.

Esse fato indica ainda o enfraquecimento da capacidade de planejamento e atuação do órgão, o que poderá ser agravado com sua eventual extinção e fusão com a **Capes**. Entendemos ser o CNPq órgão vital à ciência do País, e sua vulnerabilidade põe em

risco a atuação estratégica do MCTIC para o desenvolvimento científico-tecnológico nacional. Nesse mesmo cenário encontra-se a **Capes** que, como muitos já sabem, realizou cortes de bolsas devido ao contingenciamento de verbas promovido pelo governo federal.

Diante desses fatos, cabe acompanharmos a situação do apoio às Ciências Humanas e Sociais, ante indicações de que estas poderão ser ainda mais afetadas com o corte de recursos.

Na pós-graduação, estamos atentos às implicações que mudanças nos critérios de avaliação e de concessão de recursos e bolsas poderão ocasionar para os programas da área. Ressaltamos a necessidade de que sejam resguardados, nesses processos, os mecanismos e instâncias de representação e manifestação da comunidade acadêmica, com a devida transparência.

Outras áreas também estão se manifestando contrárias a esse descompromisso com a educação e, no aspecto que nos afeta neste caso, com a ciência brasileira. Estão em risco as inúmeras descobertas científicas, com as reflexões e contribuições geradas pelos grupos, projetos e eventos especializados no Brasil, incluindo as relações com pesquisadores de outros países. Essas ações podem redundar, até mesmo, no fim da ciência brasileira ou, no mínimo, levá-la a um estado de quase paralisia.

Deste modo, fazemos aqui um chamamento à comunidade de Ciência da Informação e Museologia, no sentido de se manter alerta, ativa e articulada, em suas respectivas frentes institucionais e junto aos órgãos pertinentes dos poderes Executivo e Legislativo, visando proteger os recursos para a pesquisa e a estabilidade institucional dos órgãos de fomento e política de CT&I.

De nossa parte, estamos mobilizados e buscando nos articularmos com as demais áreas do conhecimento e respectivas representações científicas, com esses objetivos.

Saudações acadêmicas.

Oswaldo Francisco Almeida Junior – Presidente da ANCIB

Raimundo Nonato Macedo dos Santos – Membro do CA de Ciência da Informação e Museologia do CNPq

Sarita Albagli – Membro Adjunta do CA de Ciência da Informação e Museologia do CNPq

Fabio Assis Pinho – Coordenador Adjunto da Área de Comunicação e Informação da **Capes**

Jornal da Ciência

topo ↕

**RÁDIO CBN - TEMPO REAL**

**Museu Nacional perdeu quase metade de seu acervo em incêndio**

No total, 46% das coleções foram totalmente perdidas, 35% já foram ou serão resgatadas e 19% não estavam no prédio durante o incêndio, que completará um ano na próxima segunda. O balanço foi divulgado nesta quarta, em coletiva com o diretor da instituição e com a reitora da UFRJ, universidade a qual o Museu está subordinado.

topo ↕

## TELESÍNTESE - TEMPO REAL

### PARLAMENTARES VÃO ATRÁS DE VERBA EMERGENCIAL PARA O CNPQ

Os deputados tentarão emendar o PLN 18/19, que será votado nesta quinta-feira, dia 29, para conseguir pelo menos R\$ 80 milhões para pagar as bolsas de outubro. O MCTIC garantiu que para o próximo ano, não haverá problemas de verbas.

O CNPq, em audiência pública realizada hoje, 28, na Comissão de C&T da Câmara dos Deputados, precisa de R\$ 330 milhões para pagar, até o final do ano, as 80 mil bolsas de mestrado e doutorado. Possui recursos apenas para fazer o pagamento do mês de setembro (cerca de R\$ 80 milhões). Os deputados da CCTC estão se articulando para tentar incluir pelo menos uma verba emergencial de outros R\$ 80 milhões para o pagamento das bolsas de outubro na PLN 18/19, projeto do Poder Executivo que remaneja R\$ 3 bilhões do Orçamento da União.

“Após pagarmos as bolsas de setembro, e depois, sobrar na rubrica apenas um milhão de reais. Todos já sabem que não haverá mais dinheiro”, afirmou João Azevedo, presidente do CNPq.

A proposta de ir atrás da verba emergencial partiu do ex-ministro de C&T, Celso Pansera, e atual Secretário-executivo da Iniciativa de Ciência e Tecnologia no parlamento. Segundo ele, está sendo articulada uma emenda no projeto do Executivo, que será votado amanhã, quinta-feira, (29) pelo Plenário do Congresso Nacional. “Precisamos conseguir pelo menos os recursos a serem pagos em outubro, enquanto buscamos uma solução para até o final do ano”, afirmou ele.

## MCTIC

O secretário-executivo do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Júlio Semeghini, afirmou que a instituição não vai deixar faltar dinheiro para essas bolsas de estudo, mesmo com os cortes orçamentários realizados, e pediu ajuda do parlamento para resgatar os recursos.

Semeghini disse também que para o próximo ano o risco de cortes de verbas não ocorrerá, pois o ministério conseguiu garantir que as verbas não sofrerão cortes.

## Não ao fim do CNPq

O presidente da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência -, Ildeu de Castro Moreira, disse que será entregue hoje aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal um abaixo-assinado com mais de um milhão de assinaturas pela manutenção do CNPq e da Finep. Segundo ele, correm rumores de que o atual governo Bolsonaro pretende colocar o CNPq sob o guarda-chuva da **Capes**, do Ministério da Educação; e a Finep no BNDEs, que fica no Ministério da Economia.

“Não podemos deixar isso acontecer, pois todos os recursos do FNDE, que sustentam a pesquisa, sairiam da área da ciência”, afirmou ele.

topo ↕

## AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

### **Governo Bolsonaro estuda mandar medida provisória para aprovar Future-se Projeto de financiamento das universidades federais não tem consenso entre reitores**

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse nesta quarta-feira (28) que o governo estuda encaminhar uma medida provisória para o Congresso Nacional para aprovar o Future-se, projeto que prevê iniciativas de fomento ao financiamento privado nas universidades federais e parcerias com organizações sociais.

O plano inicial do governo era que o programa chegasse ao parlamento por meio de Projeto de Lei, que tem tramitação mais lenta e permite maior debate. Já a medida provisória começa a valer a partir do momento de sua edição, tendo que ser aprovada pelo Congresso com prazo mais curto. "Eu gostaria de mandar projeto de lei, mas [com a medida provisória] existe um ganho de alguns meses para as universidades que quiserem aderir", disse o ministro em audiência na Comissão de Finanças e Tributação na Câmara na manhã desta quarta.

Weintraub e o o secretário de ensino superior do MEC, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, falam na comissão desde as 9h30. Segundo Weintraub, a liberação de recursos próprios das universidades, previsto no projeto, pode ter impacto de curto prazo. Hoje os valores arrecadados pelas instituições vão para o caixa do governo e são passíveis de contingenciamento. "Vamos salvar as universidades. Elas estão morrendo asfixiadas", disse o ministro.

A medida provisória é um instrumento que acelera a tramitação no Congresso. Com força de lei, é adotado pelo presidente da República em casos de relevância e urgência. O atraso na apreciação pode trancar a pauta de votações. O prazo acelerado, no entanto, reduz o tempo de discussão no parlamento.

## ENTENDA O PROGRAMA

Apresentado em julho, o Future-se não conta até agora com consenso entre os reitores das universidades federais. Parte deles questiona o foco dado às organizações sociais e às fundações previsto no projeto, além de apontarem riscos de acentuar desigualdades entre grandes e pequenas instituições.

O Future-se também foi alvo de protestos em várias cidades do país no dia 13 de agosto. O projeto surge em meio a um bloqueio de orçamento das federais de cerca de R\$ 2,2 bilhões, em torno de 30% dos recursos discricionários (que não leva em conta salários, por exemplo).

O governo argumenta que os valores podem ser liberados caso haja crescimento econômico. O MEC abriu uma consulta pela internet para receber sugestões sobre o projeto. Segundo o secretário Lima Júnior, 57 mil pessoas já se inscreveram na plataforma online da consulta, que se encerra na quinta (29).

Ao menos as federais de Amazonas, Roraima, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Amapá já se manifestaram contra a adesão de forma oficial, após discussão em seus órgãos

colegiados.

Ainda segundo Lima Júnior, quem rejeitou o projeto é por que não o entendeu. "Quem está se posicionando é por questão dogmática", disse. De acordo com Weintraub, 15 reitores já se manifestaram a favor da adesão.

O ministro disse ainda que os dirigentes do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) se mostraram interessado em aderir. O ITA é federal, mas ligado às forças Armadas e não ao MEC. Na exposição inicial, o ministro e o secretário afirmaram que não há planos para cobrança de mensalidades nas federais, que o projeto é por adesão e que não há objetivo de ingerência nas universidades. Também prometeram que o orçamento público não será reduzido para as instituições que não aderirem ou não conseguirem angariar recursos privados.

topo ↕

## **PORTAL VEJA - TEMPO REAL**

### **Líder do PSL, Major Olímpio pressiona o governo por bolsas do CNPq Dinheiro acabou para a pesquisa no Brasil**

Na Comissão de Finanças e Tributação, o senador Major Olímpio (PSL-SP) disparou contra o Governo e cobrou da área econômica os 310 milhões de reais para custear as 84 mil bolsas no CNPq.

“O Governo precisa liberar o orçamento para que os pesquisadores continuem fazendo o seu trabalho e ajudem na evolução da tecnologia e desenvolvimento do País! Educação nunca é despesa, é sempre investimento”, disse o líder do partido do presidente no Senado.

topo ↕

## **R7 - TEMPO REAL**

### **Câmpus da UFMT em Rondonópolis ganha Faculdade de Ciências Aplicadas e Políticas**

O campus da Universidade Federal de Mato Grosso em Rondonópolis (a 212 km ao sul de Cuiabá) vai contar com uma nova unidade acadêmica: a Faculdade de Ciências Aplicadas e Políticas (Facap). A criação foi aprovada em reunião do Conselho Diretor (CD) da UFMT, realizada na sexta-feira (23).

Nascida a partir de um desmembramento do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), a Faculdade abrigará os cursos de Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Administração. De acordo com a reitora da UFMT, professora Myrian Serra, a ação promoverá a consolidação do campus e sua emancipação com a Universidade Federal de Rondonópolis (UFR).

A criação era uma discussão antiga e um anseio de vários anos da comunidade acadêmica e surge da junção de cursos de ciências aplicadas e vai permitir o fomento da pesquisa, do ensino e da extensão na área. O objetivo da nova unidade é fomentar o desenvolvimento das Ciências Aplicadas e Políticas, a partir de ações conjuntas dos cursos que os integram e áreas afins.

Diretora do ICHS à época da solicitação, a professora Antonia Marília Medeiros Nardes diz que sempre lutou pela criação da Facap. “O ICHS possui dez cursos, dois programas de pós-graduação e duas atividades – o Celig [Centro de Línguas] e o Neati [Núcleo de Estudos e Atividades da Terceira Idade] – congregando o maior número de alunos e

professores”, contextualiza a docente, acrescentando que a Faculdade era uma necessidade para o desenvolvimento da área das ciências aplicadas.

A graduação em Ciências Contábeis foi uma das primeiras a serem criadas no campus de Rondonópolis e possui um significativo número de docentes que têm que trabalhar nas áreas afinadas a eles.

O chefe de departamento, professor João Bosco Arbués Carneiro Junior, pontuou que a luta antiga não era apenas para os três cursos que integrarão a Facap, mas para todo o Câmpus. “Vamos continuar lutando para trazer mais cursos para a Faculdade, melhorar a forma de organização e traçar novas metas com criação de programas de mestrado, programas de capacitação e parcerias com empresas privadas. Tudo isso vai ser facilitado com a criação da Facap”, finaliza.

## Rondonópolis

Segundo o Anuário Estatístico 2018 da UFMT, o campus de Rondonópolis conta com 3.716 discentes na graduação e 206 estudantes na pós-graduação.

Atuam na unidade com 297 docentes e 90 técnicos administrativos distribuídos nos Institutos de Ciências Agrárias e Tecnológicas (ICAT); de Ciências Exatas e Naturais (ICEN); e de Ciências Humanas e Sociais (ICHS).

A graduação conta ainda com 22 cursos – Administração, Biblioteconomia, Ciências Biológicas (bacharelado e licenciatura), Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Enfermagem, Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia Mecânica, Geografia, História, Letras (Língua e Literatura Inglesa e Língua Portuguesa), Matemática, Medicina, Pedagogia, Psicologia, Sistemas de informação e Zootecnia – que oferecem 1.147 vagas pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

Já na pós-graduação, são oferecidos cinco cursos de mestrado, nas áreas de Educação, Engenharia Agrícola, Geografia, Gestão Tecnológica e Ambiental e Zootecnia e um profissional na área de Matemática (Profmat).

Em março de 2018, a partir da Lei 13.637, a unidade foi desmembrada para a criação da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). Em dezembro do mesmo ano, o Ministério da Educação (MEC) definiu a UFMT como universidade tutora para a implantação da UFR. (Com informações da Assessoria).

## **ESTADO DE MINAS - MG - EDITORIAL**

### **O colapso na ciência**

A crise econômica, que se arrasta por mais de meia década, não poupou nenhum setor. Alguns ganham visibilidade porque frequentam o noticiário diário, com imagens dolorosas e estatísticas preocupantes. É o caso da educação, da saúde, da segurança, do mercado de trabalho, da mobilidade urbana. Outros se restringem a nichos mais restritos e, por isso, menos divulgados pelos meios de comunicação de massa. É o caso da ciência e tecnologia.

Em razão do contingenciamento de R\$ 2,32 bilhões – 41,9% das verbas previstas para gastos discricionários na área, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) anunciou a suspensão das cerca de 80 mil bolsas ligadas à pasta, a

partir de setembro. Antes, projetos de pesquisa, ações de divulgação e eventos científicos foram prejudicados ou cancelados. Para evitar apagão no setor, o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, tem pleiteado a liberação de recursos ao ministro da Economia.

O aperto no segmento de pós-graduação e pesquisa não se deve à criatividade da equipe de Paulo Guedes. As dificuldades vêm de longe. Há anos, mesmo em períodos de vacas gordas, os órgãos de fomento à pesquisa e à formação acadêmica têm enfrentado contínuos cortes de receitas. Vale exemplo recente. Em 2014, o orçamento do CNPq foi de R\$ 1,3 bilhão. Em 2019, despencou para R\$ 784 milhões, montante que só será embolsado com a suspensão do bloqueio. É preocupante.

O Brasil não ocupa posição de vanguarda mundial na produção de ciência e tecnologia. Uma das principais razões do atraso é a baixa qualidade da educação. Sem ter passado da fase da universalização do ensino para a fase da excelência, o país ficou para trás. O quadro se agravou com a eclosão das atuais dificuldades orçamentárias, cuja face mais cruel são os mais de 12 milhões de desempregados.

As consequências cobrarão preço alto. De um lado, interrompem-se pesquisas e perdem-se experimentos que, para ser retomados, exigirão volta ao ponto de partida. De outro, registra-se a fuga de cérebros. Pessoas talentosas buscam no exterior oportunidade de aprofundar conhecimentos e de conquistar espaço no mercado de trabalho. Cientistas com formação em áreas estratégicas e enorme potencial de inovação, formados com recursos públicos brasileiros, vão prestar serviço na Europa ou nos Estados Unidos.

Em nações com carência de mão de obra sofisticada como o Brasil, a emigração de indivíduos com alto nível educacional representa perda de trabalhadores indispensáveis para o salto de qualidade de que a economia tanto precisa para ganhar competitividade internacional. Ao retomar o crescimento, o Brasil precisará de cérebros com ideias inovadoras. O bom senso manda retê-los.

topo 

## **O DIA - PI - PIAUÍ**

### **Universidade Federal do Piauí cria grupo de trabalho para discutir adesão ao Future-se**

No último dia 14, o Ministério da Educação prorrogou até 29 de agosto o prazo para a consulta pública do Future-se, programa do Governo Federal que prevê a criação de um fundo de natureza privada para financiar universidades federais e institutos federais. Uma das propostas do Future-se é fechar parcerias público-privadas e permitir que as instituições arrecadem receitas próprias.

Os reitores das universidades e IFES têm autonomia para decidir se vão aderir ou não ao Future-se. Pelo menos 20 instituições já teriam demonstrado apoio e manifestado interesse em fazer parte do programa. A informação foi repassada pelo secretário de Ensino Superior do MEC, Arnaldo Lima, durante o 3º Internacional de Jornalismo de Educação, que aconteceu em São Paulo nos últimos dias 19 e 20 de agosto, em São Paulo.

A Universidade Federal do Piauí, no entanto, ainda não definiu um posicionamento a respeito. Em conversa com a reportagem de O Dia, o reitor da Ufpi, professor Arimateia

Dantas Lopes, informou que criou um grupo de trabalho formado por professores de Economia e Direito para analisarem a proposta.

O documento com as diretrizes do Future-se está disponível na página da Ufpi na internet, aberto ao público. O objetivo do grupo de trabalho é basicamente nortear a administração superior da universidade sobre os prós e contras do programa e definir os impactos que ele teria a longo prazo sobre a universidade.

Na próxima segunda-feira (02), o reitor se reunirá com membros do Conselho Universitário para apresentar o documento e deliberar a respeito da adesão ou não à proposta do MEC. “Estamos ainda cautelosos quanto ao posicionamento e queremos ouvir a opinião da comunidade para não ser a posição do reitor e sim a posição da comunidade acadêmica e da comunidade como um todo”, explicou Arimateia.

Na avaliação do reitor, o Future-se possui pontos positivos, mas nem tudo que ele prevê vai ao encontro das necessidades e desejos das universidades federais. Uma dessas divergências, segundo ele, é a questão da arrecadação própria pelas instituições. “Se a arrecadação gerada pela universidade ultrapassar o orçamento previsto, a receita não fica pra instituição, ela vai para a União e o que queríamos era uma legislação que flexibilizasse essa relação”.

Outra crítica que Arimateia faz diz respeito à gestão da universidade poder ser feita por uma organização social, segundo o que propõe o Future-se. Para ele, as federais devem ter administração própria e não ter decisões tomadas por entes que não conhecem de dentro o funcionamento das instituições. Para o secretário de Ensino Superior do MEC, Arnaldo Lima, a adesão das universidades federais ao Future-se é apenas uma questão de tempo.

No seu entendimento, quantificar as instituições que já apoiaram o programa não é o objetivo no momento. É tempo para esclarecer pontos que por ventura gerem dúvidas e dar subsídios para que as instituições tomem decisões conscientes. “Não há que se falar em apoiar ou não apoiar o Future-se, porque ele ainda está em fase de consulta. Mas recebemos o apoio de pelo menos 20 reitores que já entendem que o programa pode dar certo. Recebemos todos os gestores, ligamos para eles e o principal desafio que eles citaram era a liberdade em relação às receitas próprias.

Isso é tudo que o Future-se faz. Então todos aqueles que chegaram e pediram, eu tenho certeza que no momento oportuno, consultado o Conselho Superior, aderirão”, disse o secretário. Lima destacou que o carro chefe do Future-se é o fomento ao empreendedorismo e o combate à evasão, através do diálogo com as empresas juniores e a geração de startups. A ideia, segundo ele, é premiar os resultados e dar incentivos para que os alunos não abandonem as universidades. As oportunidades de trabalho também se ampliariam. No entendimento do representante do MEC, apoiadas por instituições privadas, as universidades poderão ser uma ponte maior entre os recém-formados e o mercado de trabalho.

Universidades criticam

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Federal de Roraima (UFRR) estão entre as que criticaram duramente as propostas do Future-se, alegando, dentre outras coisas, falta de

clareza. A reitora da UFRJ, professora Denise Pires de Carvalho, participou de uma mesa no 3º Congresso de Jornalismo de Educação, em São Paulo, na presença do secretário do MEC e destacou que o Future-se, a princípio, não fortalece a autonomia da universidade. Além destas três instituições, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a Universidade Federal do Ceará (UFCE) também já se manifestaram contra o Future-se.

ITA quer aderir

O Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) anunciou nessa quarta-feira (28) que quer aderir ao Future-se. A intenção foi anunciada pelo comandante da Força Aérea Brasileira (FAB), tenente-brigadeiro do ar Antonio Carlos Moretti Bermudez, e pelo reitor do ITA, Cláudio Jorge Pinto Alves.

topo ↕

## ZERO HORA - RS - GERAL

### MPF denuncia 32 por fraude em bolsas da UFRGS

[eduardo.matos@rdgaucha.com.br](mailto:eduardo.matos@rdgaucha.com.br)

O Ministério Público Federal (MPF) denunciou 32 pessoas por fraude envolvendo a concessão de bolsas de estudo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). As denúncias protocoladas pela procuradora da república Jerusa Viecili na Justiça Federal gaúcha são resultantes da Operação PhD, da Polícia Federal (PF), deflagrada em dezembro de 2016. Entre os acusados, divididos em 12 denúncias, estão professores, servidores e bolsistas.

A principal trata dos crimes de formação de quadrilha ou bando, estelionato, peculato (crime praticado por servidores públicos) e falsidade ideológica. As outras apuram o crime de peculato. Jerusa ainda pediu novas diligências e a abertura de três novos inquéritos. O juiz da 22ª Vara Federal de Porto Alegre, Adel Américo Dias de Oliveira, abriu prazo para manifestação dos denunciados.

A investigação da PF foi aberta a partir da reportagem "Mestrado sem frequência", que fez parte da série Universidades SA, publicada por Zero Hora em abril de 2015. A polícia colheu provas de que o grupo que coordenava projetos relacionados à área de saúde da Ufrgs se utilizava dessa condição para incluir bolsistas que, muitas vezes, não reuniam os requisitos para serem contemplados.

#### Envolvidos

Entre os denunciados, está a ex-responsável pela administração do setor de bolsas em programa de pós-graduação da UFRGS, Marisa Behn Rolim, Ricardo Burg Ceccim, que chegou a coordenar o Programa de pós-graduação em Saúde Coletiva da Escola de Enfermagem da instituição, Alcindo Fera, também da Escola de Enfermagem, o MÉDICO Hêider Aurélio Pinto, ex-secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde, e Simone Edi Chaves, doutora em Educação pela UFRGS.

O programa fraudado visava a capacitação de profissionais da área da saúde que atuariam como multiplicadores do conhecimento, ampliando o atendimento do SUS.

Na época do indiciamento pela Polícia Federal, em junho de 2018, Karla Sampaio, defensora de Fera e Ceccim disse que "depois de quase quatro anos de investigação,

incluídas as prisões temporárias e uma devassa sem precedentes na vida de pessoas reconhecidas internacionalmente no meio acadêmico, o documento é extremamente frágil". Na ocasião, Rafael Ariza, defensor de Simone, informou que não tinha tido acesso ao relatório da PF, assim como Jorge Garcia, defensor de Aurélio Pinto, que complementou: "Mas tenho certeza que o Hêider não tem qualquer responsabilidade nos fatos. Ele é vítima de um processo político".

Os professores Feria e Ceccim seguem vinculados à Escola de Enfermagem da UFRGS, já a servidora Marisa se aposentou.

ZH não encontrou Jorge Garcia, defensor de Hêider Aurélio Pinto. Leia o posicionamento dos demais envolvidos no quadro abaixo.

-

## CORTE DE VERBAS

Emissão de carteirinhas deve ser retomada

Após suspender a confecção de carteirinhas estudantis como forma de reduzir despesas diante do corte no orçamento anual das universidades federais, anunciado pelo Ministério da Educação (MEC), a UFRGS deve retomar a emissão dos cartões na próxima semana.

Segundo a assessoria de imprensa da entidade, "a confecção será possível devido à utilização de sobras de material plástico obtidas em diferentes setores da universidade". A UFRGS contratou uma empresa para fornecer apenas a fita magnética que vai no cartão.

Ainda conforme a assessoria, a universidade "vem fazendo um esforço para se adaptar a essa realidade", o que inclui redução nos postos de serviços terceirizados (vigilância, limpeza e manutenção predial) e no consumo de energia elétrica, entre outros. Porém, foi reforçado que "certamente, as atividades serão comprometidas se o atual corte for mantido".

O orçamento inicial da UFRGS era de R\$ 166 milhões. Após o corte, caiu para R\$ 116,65 milhões e, até, agora, foram recebidos R\$ 96 milhões. Assim, ainda restam cerca de R\$ 20 milhões a serem repassados à instituição até o final do ano, caso o desbloqueio não seja efetuado.

-

Contrapontos

## O QUE DIZ A UNIVERSIDADE

"A Ufrgs afirma que os envolvidos vão responder individualmente por suas ações e que a instituição acompanha o caso e aguarda as conclusões judiciais".

## O QUE DIZ RAFAEL ARIZA, DEFENSOR DE SIMONE EDI CHAVES

"Ainda não conhecemos o teor dessas denúncias. Vamos nos manifestar após conhecermos o conteúdo".

## O QUE DIZ KARLA SAMPAIO, DEFENSORA DE ALCINDO FERLAE RICARDO CECCIM

"Ainda não tivemos acesso aos autos, mas antecipo que a existência de denúncia formal foi uma surpresa. Desse modo, devido a não ter tido tempo hábil para me inteirar das doze acusações, reitero o que já defendi em outras oportunidades: eventualmente aconteciam algumas devoluções de bolsas, porém eram exceções à regra. Para se ter uma ideia, em apenas um dos projetos havia mais de quatro mil participantes. Como as verbas eram previstas com muita antecedência devido à imensa burocracia dos editais, alguns problemas pontuais surgiam no decorrer das atividades, e as soluções se apresentavam apenas por meio de verbas extras (logicamente não previstas nos editais), imprescindíveis à viabilidade dos trabalhos. Repiso que nunca houve recebimento de valores por pessoas não tenham efetivamente participado de qualquer um dos projetos. Portanto, acredito na mais plena inocência dos meus clientes, e vamos provar isso no curso do processo".

topo ↕

### **GAUCHA - RS - TEMPO REAL**

#### **União entre Estado, empresas e academia alavanca inovação no Nordeste SÃO PAULO, SP**

O Nordeste vem tentando superar os baixos níveis de investimento em ciência e tecnologia na região com parcerias entre setor público, empresas e academia. Algumas iniciativas desse tipo foram apresentadas apontadas pelos debatedores do 3º Seminário Inovação no Brasil, ocorrido na quarta-feira (28), no auditório do jornal Folha de S.Paulo.

Um dos projetos discutidos, o programa Cientista Chefe, foi criado no ano passado pela Funcap (Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

"Buscamos nas universidades as parcerias para que doutores, mestres e estudantes possam estar dentro das secretarias e construir ferramentas inovadoras para a vida prática da população", afirmou Camilo Santana (PT), governador do Ceará e um dos debatedores. "Investimos R\$ 21 milhões, por ano, nessa parceria."

O programa seleciona pesquisadores com destaque na produção acadêmica para criar projetos em sete áreas consideradas estratégicas pelo governo estadual: recursos hídricos, recursos renováveis, saúde, educação, segurança pública, pesca e análise de dados.

O cientista selecionado recebe uma bolsa vinculada à Funcap e discute diretamente com as secretarias responsáveis a aplicação dos conhecimentos gerados na gestão pública. Ele continua trabalhando na universidade.

O governador citou como exemplo de bom resultado o Spia, na área da segurança pública. "Colocamos 112 especialistas dentro da secretaria de segurança. Criaram o Sistema Policial Indicativo de Abordagem, de monitoramento e rastreamento de veículos. Recuperamos 96% dos veículos roubados. Está sendo copiado pelo Ministério

da Justiça para ser aplicado no resto do Brasil”, disse.

No Recife, o parque tecnológico Porto Digital, um dos principais do país, é focado na ciência da computação e no desenvolvimento de softwares.

Criado em 2000 com apenas duas empresas, hoje o polo abriga mais de 320, e revitalizou o centro histórico da cidade. O projeto é gerido por uma organização social privada sem fins lucrativos, o Núcleo de Gestão do Porto Digital.

“É ao mesmo tempo um projeto de recuperação histórica e de geração de emprego e renda”, afirmou Pierre Lucena, presidente do Porto Digital e professor de finanças da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco).

A ideia inicial do projeto era absorver a mão de obra qualificada, especialmente em ciência da computação, formada no estado.

O curso de ciências da computação da UFPE possui nota máxima na avaliação de cursos de pós-graduação da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, mas os jovens formados, de acordo com Lucena, deixavam o estado.

O Porto Digital tem 10 mil trabalhadores e o plano é chegar aos 20 mil em até cinco anos.

Para ele, apesar da participação fundamental do poder público, o setor privado é quem vai tocar as atividades de inovação. “Todas as nossas empresas [do Porto Digital] são privadas e fazem questão de vender para o setor privado”, disse.

Ele avalia que o caminho para a inovação e o desenvolvimento do país está na tecnologia de ponta. “Temos grande oportunidade de colocar o Brasil no século 21 definitivamente. O jogo do digital está sendo jogado agora, ainda dá tempo de entrar”, afirmou.

Apesar das iniciativas citadas pelos debatedores, desigualdades regionais ainda são um entrave para o desenvolvimento a longo prazo do Nordeste, segundo Carlos Gadelha, doutor em economia pela UFRJ e coordenador das ações de prospecção da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz).

“Temos um hiato na questão regional. O Nordeste tem 28% da população [do país] e 14% do PIB. A participação nas patentes produzidas é de 5%. (...) Se este é o cenário, nós vamos aumentar a desigualdade regional brasileira se não tivermos uma visão nacional.”

Além disso, o financiamento público em ciência, tecnologia e inovação no país vem caindo. Foi consenso entre os debatedores que isso impede a inovação tanto no setor público, quanto no privado. “Inovador no Brasil, privado e público, está com medo. E inovador medroso não vai adiante”, afirmou Gadelha.

A preocupação reflete o ambiente de cortes de investimentos do governo federal, que ameaça a continuidade de trabalhos em ciência e tecnologia.

“Precisamos do Estado trabalhando junto e fomentando. (...) A preocupação que temos é que os instrumentos de fomento estão todos paralisados”, apontou Lucena.

O seminário realizado pela Folha de S.Paulo contou com o apoio do governo do estado do Ceará, da Secretaria de Transportes Metropolitanos do estado de São Paulo e do Instituto Coca-Cola Brasil.

topo ↕

## MIX VALE - TEMPO REAL

### União entre Estado, empresas e academia avança inovação no Nordeste

SÃO PAULO, SP (FOLHAPRESS) – O Nordeste vem tentando superar os baixos níveis de investimento em ciência e tecnologia na região com parcerias entre setor público, empresas e academia. Algumas iniciativas desse tipo foram apresentadas apontadas pelos debatedores do 3º Seminário Inovação no Brasil, ocorrido na quarta-feira (28), no auditório do jornal Folha de S.Paulo.

Um dos projetos discutidos, o programa Cientista Chefe, foi criado no ano passado pela Funcap (Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

“Buscamos nas universidades as parcerias para que doutores, mestres e estudantes possam estar dentro das secretarias e construir ferramentas inovadoras para a vida prática da população”, afirmou Camilo Santana (PT), governador do Ceará e um dos debatedores. “Investimos R\$ 21 milhões, por ano, nessa parceria.”

O programa seleciona pesquisadores com destaque na produção acadêmica para criar projetos em sete áreas consideradas estratégicas pelo governo estadual: recursos hídricos, recursos renováveis, saúde, educação, segurança pública, pesca e análise de dados.

O cientista selecionado recebe uma bolsa vinculada à Funcap e discute diretamente com as secretarias responsáveis a aplicação dos conhecimentos gerados na gestão pública. Ele continua trabalhando na universidade.

O governador citou como exemplo de bom resultado o Spia, na área da segurança pública. “Colocamos 112 especialistas dentro da secretaria de segurança. Criaram o Sistema Policial Indicativo de Abordagem, de monitoramento e rastreamento de veículos. Recuperamos 96% dos veículos roubados. Está sendo copiado pelo Ministério da Justiça para ser aplicado no resto do Brasil”, disse.

No Recife, o parque tecnológico Porto Digital, um dos principais do país, é focado na ciência da computação e no desenvolvimento de softwares.

Criado em 2000 com apenas duas empresas, hoje o polo abriga mais de 320, e revitalizou o centro histórico da cidade. O projeto é gerido por uma organização social privada sem fins lucrativos, o Núcleo de Gestão do Porto Digital.

“É ao mesmo tempo um projeto de recuperação histórica e de geração de emprego e renda”, afirmou Pierre Lucena, presidente do Porto Digital e professor de finanças da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco).

A ideia inicial do projeto era absorver a mão de obra qualificada, especialmente em

ciência da computação, formada no estado.

O curso de ciências da computação da UFPE possui nota máxima na avaliação de cursos de pós-graduação da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, mas os jovens formados, de acordo com Lucena, deixavam o estado.

O Porto Digital tem 10 mil trabalhadores e o plano é chegar aos 20 mil em até cinco anos.

Para ele, apesar da participação fundamental do poder público, o setor privado é quem vai tocar as atividades de inovação. “Todas as nossas empresas [do Porto Digital] são privadas e fazem questão de vender para o setor privado”, disse.

Ele avalia que o caminho para a inovação e o desenvolvimento do país está na tecnologia de ponta. “Temos grande oportunidade de colocar o Brasil no século 21 definitivamente. O jogo do digital está sendo jogado agora, ainda dá tempo de entrar”, afirmou.

Apesar das iniciativas citadas pelos debatedores, desigualdades regionais ainda são um entrave para o desenvolvimento a longo prazo do Nordeste, segundo Carlos Gadelha, doutor em economia pela UFRJ e coordenador das ações de prospecção da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz).

“Temos um hiato na questão regional. O Nordeste tem 28% da população [do país] e 14% do PIB. A participação nas patentes produzidas é de 5%. (...) Se este é o cenário, nós vamos aumentar a desigualdade regional brasileira se não tivermos uma visão nacional.”

Além disso, o financiamento público em ciência, tecnologia e inovação no país vem caindo. Foi consenso entre os debatedores que isso impede a inovação tanto no setor público, quanto no privado. “Inovador no Brasil, privado e público, está com medo. E inovador medroso não vai adiante”, afirmou Gadelha.

A preocupação reflete o ambiente de cortes de investimentos do governo federal, que ameaça a continuidade de trabalhos em ciência e tecnologia.

“Precisamos do Estado trabalhando junto e fomentando. (...) A preocupação que temos é que os instrumentos de fomento estão todos paralisados”, apontou Lucena.

O seminário realizado pela Folha de S.Paulo contou com o apoio do governo do estado do Ceará, da Secretaria de Transportes Metropolitanos do estado de São Paulo e do Instituto Coca-Cola Brasil.

topo ↕

## **PORTAL DO HOLANDA - TEMPO REAL**

### **União entre Estado, empresas e academia avança inovação no Nordeste SÃO PAULO, SP**

O Nordeste vem tentando superar os baixos níveis de investimento em ciência e tecnologia na região com parcerias entre setor público, empresas e academia. Algumas iniciativas desse tipo foram apresentadas apontadas pelos debatedores do 3º Seminário Inovação no Brasil, ocorrido na quarta-feira (28), no auditório do jornal Folha de

S.Paulo.

Um dos projetos discutidos, o programa Cientista Chefe, foi criado no ano passado pela Funcap (Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

“Buscamos nas universidades as parcerias para que doutores, mestres e estudantes possam estar dentro das secretarias e construir ferramentas inovadoras para a vida prática da população”, afirmou Camilo Santana (PT), governador do Ceará e um dos debatedores. “Investimos R\$ 21 milhões, por ano, nessa parceria.”

O programa seleciona pesquisadores com destaque na produção acadêmica para criar projetos em sete áreas consideradas estratégicas pelo governo estadual: recursos hídricos, recursos renováveis, saúde, educação, segurança pública, pesca e análise de dados.

O cientista selecionado recebe uma bolsa vinculada à Funcap e discute diretamente com as secretarias responsáveis a aplicação dos conhecimentos gerados na gestão pública. Ele continua trabalhando na universidade.

O governador citou como exemplo de bom resultado o Spia, na área da segurança pública. “Colocamos 112 especialistas dentro da secretaria de segurança. Criaram o Sistema Policial Indicativo de Abordagem, de monitoramento e rastreamento de veículos. Recuperamos 96% dos veículos roubados. Está sendo copiado pelo Ministério da Justiça para ser aplicado no resto do Brasil”, disse.

No Recife, o parque tecnológico Porto Digital, um dos principais do país, é focado na ciência da computação e no desenvolvimento de softwares.

Criado em 2000 com apenas duas empresas, hoje o polo abriga mais de 320, e revitalizou o centro histórico da cidade. O projeto é gerido por uma organização social privada sem fins lucrativos, o Núcleo de Gestão do Porto Digital.

“É ao mesmo tempo um projeto de recuperação histórica e de geração de emprego e renda”, afirmou Pierre Lucena, presidente do Porto Digital e professor de finanças da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco).

A ideia inicial do projeto era absorver a mão de obra qualificada, especialmente em ciência da computação, formada no estado.

O curso de ciências da computação da UFPE possui nota máxima na avaliação de cursos de pós-graduação da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, mas os jovens formados, de acordo com Lucena, deixavam o estado.

O Porto Digital tem 10 mil trabalhadores e o plano é chegar aos 20 mil em até cinco anos.

Para ele, apesar da participação fundamental do poder público, o setor privado é quem vai tocar as atividades de inovação. “Todas as nossas empresas [do Porto Digital] são privadas e fazem questão de vender para o setor privado”, disse.

Ele avalia que o caminho para a inovação e o desenvolvimento do país está na tecnologia de ponta. “Temos grande oportunidade de colocar o Brasil no século 21 definitivamente. O jogo do digital está sendo jogado agora, ainda dá tempo de entrar”, afirmou.

Apesar das iniciativas citadas pelos debatedores, desigualdades regionais ainda são um entrave para o desenvolvimento a longo prazo do Nordeste, segundo Carlos Gadelha, doutor em economia pela UFRJ e coordenador das ações de prospecção da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz).

“Temos um hiato na questão regional. O Nordeste tem 28% da população [do país] e 14% do PIB. A participação nas patentes produzidas é de 5%. (...) Se este é o cenário, nós vamos aumentar a desigualdade regional brasileira se não tivermos uma visão nacional.”

Além disso, o financiamento público em ciência, tecnologia e inovação no país vem caindo. Foi consenso entre os debatedores que isso impede a inovação tanto no setor público, quanto no privado. “Inovador no Brasil, privado e público, está com medo. E inovador medroso não vai adiante”, afirmou Gadelha.

A preocupação reflete o ambiente de cortes de investimentos do governo federal, que ameaça a continuidade de trabalhos em ciência e tecnologia.

“Precisamos do Estado trabalhando junto e fomentando. (...) A preocupação que temos é que os instrumentos de fomento estão todos paralisados”, apontou Lucena.

O seminário realizado pela Folha de S.Paulo contou com o apoio do governo do estado do Ceará, da Secretaria de Transportes Metropolitanos do estado de São Paulo e do Instituto Coca-Cola Brasil.

topo 

## AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

### **Novo programa da Unesp aceita doação até com cartão de crédito**

Um programa inédito da Universidade Estadual Paulista (Unesp) vai incentivar doações até por cartão de crédito. Por meio de uma plataforma na internet que entra no ar nesta quinta-feira, o interessado já assina digitalmente um contrato e faz o pagamento da maneira que escolher. A Unesp passou recentemente por sua pior crise financeira, com décimo terceiro atrasado e todo seu orçamento comprometido com salários.

Até agora, quem quisesse fazer uma doação para a Unesp, não sabia sequer quem procurar. O mesmo acontece em outras universidades públicas. “Era muita burocracia. Uma pessoa quis doar para Educação Física e esse pedido chegou até o Conselho Universitário, órgão máximo da instituição. Isso tem que acabar”, conta o reitor da Unesp, Sandro Valentini. Com o novo programa, o doador pode dar qualquer valor à instituição e decidir se vai ou não destinar o recurso a uma unidade específica.

A universidade já tem uma plataforma que reúne seus ex-alunos, com 20 mil cadastrados. A Unesp vai ter um departamento para fazer uma busca ativa de possíveis doadores tanto nesse grupo como fora dele. A estimativa é que a universidade, fundada em 1976, tenha 160 mil egressos, entre eles a apresentadora Ana Maria Braga e Antonio Carlos Tadiotti, dono da Predilecta, uma das maiores processadoras de goiaba do

mundo.

O empresário Alexandre Leite Lopes decidiu fazer sua doação quando levou a filha, que havia sido aprovada no vestibular da Unesp deste ano, para conhecer o campus. “Vi as faixas dizendo que estavam com o décimo terceiro salário atrasado e fiquei muito impactado por aquela situação”, conta. Sem saber como proceder, ele mandou uma carta para o diretor do curso falando da intenção de doar.

Hoje ele participará do evento em São Paulo, que lançará o programa Parceiro Unesp, e será o primeiro doador a usar a plataforma. “Eu poderia pagar a universidade da minha filha e ela está em uma instituição pública. Por que não ajudar como fazem nos Estados Unidos?” Lopes não quis divulgar o valor da doação nem o curso ou nome da filha para evitar qualquer relação da menina com os recursos. “É algo para a universidade.” Ele é formado em Engenharia e estudou em faculdade privada.

Segundo o reitor, hoje já será possível fazer a doação em boleto ou depósito bancário. Os cartões serão permitidos em poucos dias. Assim que o dinheiro cair na conta criada apenas o Parceiro Unesp, ele será imediatamente transferido para onde foi dirigido e o gestor pode usá-lo para qualquer atividade, como comprar computadores ou pintar uma sala.

“O nosso modelo de financiamento depende da atividade econômica. No momento em que você tem uma crise econômica, nada melhor do que ter receitas diversificadas”, diz o reitor. Unesp, Universidade de São Paulo (USP) e Estadual de Campinas (Unicamp) se mantêm com 9,57% do que é arrecadado pelo ICMS do Estado. A diminuição desse valor nos últimos anos e o inchaço na folha de pagamento levaram recentemente a graves problemas financeiros nas três instituições, que são responsáveis juntas por um terço da produção científica do País.

Além das doações simples, o programa vai permitir parcerias com empresas, com contrapartida da universidade. Será possível desde a colocação de um placa numa sala reformada pela doadora até a utilização de espaços da instituições para eventos. A empresa que pretende doar para a Unesp também pode solicitar, por exemplo, o uso de um laboratório para pesquisas específicas. Nesse caso, a universidade terá de abrir uma licitação para checar se há outros interessados.

A participação da iniciativa privada é um tema polêmico nas universidades públicas e há grupos contrários, tanto por temer o que acreditam ser uma privatização da instituição, como por acreditar que os recursos públicos podem ser diminuídos com ações desse tipo. Mas o programa teve pouca resistência ao ser apresentado e foi aprovado no órgão máximo da Unesp, o Conselho Universitário.

Hoje, a Unesp vai ainda colocar em votação um projeto de um endowment, um fundo perpétuo para a instituição em que apenas os rendimentos auferidos são revertidos para projetos. Outras tentativas de fundos semelhantes – comuns em universidades estrangeiras – não tiveram êxito no País. Um dos poucos a dar certo é o gerido por ex-alunos da Escola Politécnica da USP.

A proposta de um fundo de patrimônio também faz parte do Future-se, programa lançado pelo Ministério da Educação (MEC) para as universidades federais. Ainda sem

detalhes de como ele funcionaria, o ministro disse essa semana que pode instituir o Future-se por medida provisória. A Universidade Federal do Rio (UFRJ) já anunciou que não vai aderir ao programa e divulgou nota dizendo que “não há clareza sobre a composição do patrimônio que serviria de aporte inicial” do fundo patrimonial e “não se discute o tempo de maturação de um fundo deste tipo” e como as universidades seriam mantidas durante esse tempo de transição.

Segundo o reitor da Unesp, o programa da universidade não tem qualquer relação com o do MEC e começou a ser pensado há dois anos.

## CPI das universidades

Com o argumento da crise financeira, deputados instauraram em abril uma CPI na Assembleia Legislativa para investigar USP, Unesp e Unicamp. Eles têm exigido comprovações de todos os contratos feitos e cultivam ideias como a de cobrar mensalidades nas três instituições.

Estudos mostram que os valores eventuais mensalidades não chegariam a 8% do orçamento. No Massachusetts Institute of Technology (MIT), nos Estados Unidos, as mensalidades cobrem só 10% do custo da instituição, por exemplo.

Alguns deputados também usaram argumentos ideológicos para investigar as universidades, alegando que as elas estariam tomadas por pessoas de esquerda. A ideia foi compartilhada no início do ano pelo atual ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Para o reitor da Unicamp, Marcelo Knobel, a acusação demonstra “total falta de conhecimento” do que é uma universidade pública. “Temos pessoas de esquerda e de direita convivendo com relativa tranquilidade, somos um espaço para debate de ideias e respeito pelas ideias do outro”, disse na época da abertura da CPI.

Os trabalhos ainda não foram finalizados, mas a comissão surgiu logo após o primeiro ano de recuperação da capacidade financeira das universidades. A USP, por exemplo, teve superávit em 2018, pela primeira vez em quatro anos, após medidas de redução de gastos, como planos de demissão voluntária e diminuição de concursos. A Unesp também já melhorou a sua situação e negociou com o governo formas de pagar o décimo terceiro deste ano.

[topo](#)

## G1 - TEMPO REAL

**Gladson convoca professores e diz que vai pagar rescisão de mais de 2 mil exonerados em gestão passada**

**Lista de professores convocados foi divulgada no Diário Oficial do Acre (DOE) nesta quarta (28).**

Duzentos aprovados efetivos no concurso da Educação do Acre foram nomeados pelo governo do estado. A portaria de convocação foi publicada nesta quarta-feira (28) no Diário Oficial do Acre (DOE) e confirmada pelo governador Gladson Cameli em entrevista coletiva.

Na ocasião, ele disse que vai pagar as rescisões de mais de 2,4 mil servidores comissionados dispensados na gestão de Tião Viana.

“Para o ano de 2020 vamos convocar mais 300 [professores] para que, de uma vez por

todas, venham atender e caso haja necessidade, contratar para rede de ensino. Vamos tentar, com todo planejamento para que não haja atrasos, para que possamos a todo vapor fazer as reformas que precisam. Esse negócio de atrasar início de aula traz todo um transtorno”, avaliou.

O concurso de professor foi lançado no final do ano passado e o resultado divulgado este ano, no mês de julho. Os aprovados vão atuar em escolas das zonas rurais e urbanas de todos os municípios do estado acreano.

Durante coletiva, nesta quarta, o governador Gladson Cameli frisou que, além do grupo convocado, a ideia é chamar mais 300 servidores no mês de dezembro para que não haja atrasos no início do ano letivo.

## Atrasos em 2019

Com o quadro de profissionais incompleto, o início do ano letivo 2019 no Acre foi adiado para o dia 18 de março. As aulas inicialmente estavam marcadas para começar no dia 11 de março.

Ainda segundo o governador, a equipe da Educação está empenhada para definir os detalhes das demais convocações. Se forem mesmo chamados, os profissionais que devem ser nomeados em dezembro começam a atuar em fevereiro de 2020.

“Preciso saber do planejamento que estão fazendo para dar um número certo. Vamos convocar em dezembro, mas vão começar a trabalhar em fevereiro. Não quero deixar tudo pra cima da hora, quero antecipar, não vai atrasar início de aula por falta de professores”, garantiu.

Um grupo de alunos, convidado pelo governador, participou da coletiva. No encontro, os estudantes ajudaram a definir o modelo do uniforme escolar do ano letivo 2020.

## Refeição

Outra ideia anunciada por Cameli é o aumento de mais uma refeição para os alunos da rede estadual. Segundo ele, a primeira-dama, Ana Paula Cameli, juntamente com a Escola de Gastronomia do Acre devem montar o cardápio para os estudantes.

"A criança chega na escola, por mais que tenha a merenda às 9h, por que não tomar um café da manhã reforçado também?, e à tarde antes de ir para casa fazer uma semi janta”, afirmou.

## EJA

O secretário de Educação Mauro Sérgio explicou algumas mudanças feitas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), que chegou a mobilizar alguns professores e alunos em protestos em Rio Branco. Ele confirmou que houve um remanejamento das turmas, mas que todos os alunos foram instalados em escolas nos próprios bairros onde moram.

“Tínhamos, no início do ano, mais de sete mil alunos e agora na metade do ano esse número caiu para 5,2 mil. Então, aquela estrutura do início do ano não dava para continuar ser mantida no segundo semestre. O professor quando faz um simplificado para trabalhar na EJA, não pode depois ser remanejado para o regular”, justificou.

## Pagamento verbas rescisórias

Cameli aproveitou para anunciar também o pagamento das verbas rescisórias dos servidores em cargos comissionados demitidos em dezembro do ano passado. O pagamento vai ser feito parcelado, a partir do mês de setembro no valor de mais de R\$ 1 milhão.

"Já tem 1,9 mil aptos a receber. Estou determinando o pagamento, a partir de setembro, que dá R\$ 1 milhão mensal. Não tenho como pagar à vista, mas vou fazer um parcelamento para que não me dê instabilidade nas contas da minha administração e pagar as contas do passado", disse.

O governador afirmou também que determinou que o pagamento ocorra do menor valor da rescisão para o maior, assim como feito com ao décimo terceiro dos servidores.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**Prazo para consulta pública sobre o Future-se termina nesta quinta-feira  
Programa pretende flexibilizar o financiamento do ensino superior alterando leis para que as instituições possam captar mais recursos, além dos repassados pelo governo.**

Acaba nesta quinta-feira (29) a consulta pública sobre o Future-se, do Ministério da Educação (MEC). O programa pretende flexibilizar o financiamento do ensino superior alterando leis para que as instituições possam captar mais recursos, além dos repassados pelo governo.

O MEC esclareceu por meio de nota que o projeto está em construção e que encerradas as contribuições, as informações serão compiladas, analisadas e apresentadas ao Congresso Nacional, mas não há ainda um prazo definido para isso.

Em meados de agosto, o programa havia recebido 16.703 comentários em ao menos um dos pontos da proposta, de acordo com o MEC. Quase 50 mil pessoas se cadastraram na plataforma. Na semana passada, a pasta prorrogou o prazo para as contribuições a pedido do Sebrae e de reitores das universidades federais de São Carlos, Mato Grosso do Sul, de Lavras, e do Oeste do Pará.

## Universidades reagem ao Future-se

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) anunciou que não vai aderir ao programa porque, na visão da instituição, ele comprometeria a integridade administrativa, pedagógica, científica e patrimonial da universidade. O conselho que reúne as fundações de apoio às instituições de ensino superior e pesquisa propôs que o Future-se priorize contratos com estas entidades que já atendem as universidades, em vez de organizações sociais, como está previsto no projeto.

A proposta também foi rejeitada pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) que citou o impacto a autonomia universitária, o prazo curto para a análise do tema, além dos riscos de se vincular as instituições a "uma lógica mercadológica excludente que desvincula a responsabilidade do estado".

No sul do país, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) rejeitou a adesão ao programa Future-se, do MEC porque, segundo a instituição, iria contra os princípios de autonomia universitária e do ensino superior público.

Por outro lado, o MEC anunciou nesta semana a intenção do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) em aderir ao programa que segundo o instituto abre a possibilidade de ampliar os recursos para os trabalhos, pesquisas e infraestrutura.

A Universidade Federal de São Carlos (Ufscar) ressaltou por meio de nota que reconhece um potencial neste programa para o fortalecimento da educação superior no país e reiterou o compromisso da instituição com a manutenção da universidade pública e gratuita.

O que é o Future-se?

O programa foi lançado em meados de julho. A proposta inicial prevê que as instituições poderão fazer parcerias público-privadas (PPPs), ceder prédios, criar fundos com doações e até vender nomes de campi e edifícios, como em estádios, entre outros pontos. A adesão é voluntária, mas as universidades que aderirem ao programa terão que cumpri-lo integralmente – e serão cobradas se não implementarem pontos específicos.

O MEC afirma que o programa pode atrair cerca de R\$ 100 bilhões às universidades. Segundo o ministério, os recursos virão da União, de fundos constitucionais, de leis de incentivos fiscais e depósitos à vista, de recursos da cultura e de fundos patrimoniais.

O lançamento ocorre em meio ao contingenciamento de verbas das universidades, anunciado no fim de abril pelo governo. De acordo com a associação que representa os reitores das universidades federais, a Andifes, a medida atinge de 15% a 54% dos recursos que podem ser cortados das universidades federais.

Com o programa, as universidades poderão:

- Celebrar contratos de gestão compartilhada do patrimônio imobiliário da universidade e da União. As reitorias poderão fazer PPPs, comodato ou cessão dos prédios e lotes;
- Criar fundos patrimoniais (endowment), com doações de empresas ou ex-alunos, para financiar pesquisas ou investimentos de longo prazo;
- Ceder os “naming rights” de campi e edifícios, assim como acontece nos estádios de futebol que levam nomes de bancos ou seguradoras;
- Criar ações de cultura que possam se inscrever em editais da Lei Rouanet ou outros de fomento.

Soluções do mercado financeiro

O Future-se, no modelo apresentado, se baseia em uma série de dispositivos do mercado financeiro. Segundo o MEC, essa “carteira de ações” inclui:

Fundo de patrimônio imobiliário

O MEC diz ter recebido R\$ 50 bilhões em lotes, imóveis e edifícios da União. Esse patrimônio será convertido em um fundo, e os lotes, cedidos à iniciativa privada. A rentabilidade das construções volta para o fundo, que ficaria disponível para o financiamento. Como exemplo, o MEC citou um lote de 65 mil metros quadrados próximo à Ponte JK, um dos cartões-postais de Brasília.

Microcrédito para startups

O MEC quer incluir no financiamento universitário uma linha de “microcrédito produtivo orientado”. Segundo Lima, hoje, 2% dos depósitos à vista ficam no Banco

Central, e já há linhas de crédito para microempreendedores e pessoas em vulnerabilidade. A ideia é estender o modelo para start-ups.

Fundo soberano do conhecimento

Segundo o MEC, todo esse dinheiro será gerido em um “fundo soberano do conhecimento”. O capital privado, além do investimento direto em cada instituição, poderia entrar nesse fundo, de onde seria redistribuído às universidades. Royalties, patentes, parques tecnológicos também aportariam dinheiro nesse fundo.

O que diz a lei?

O artigo 207 da Constituição Federal prevê que as universidades gozam de “autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial”. Isso significa que nem o MEC nem o setor privado podem, em tese, interferir nos planos de ensino, pesquisa e extensão determinados pelas reitorias.

Já o artigo 213 define que as atividades de pesquisa, extensão e inovação nas universidades “poderão” receber apoio financeiro do poder público. Neste caso, o texto indica que o financiamento direto dessas atividades não é obrigatório.

topo ↕

## **YAHOO! NOTÍCIAS - TEMPO REAL**

### **União entre Estado, empresas e academia avança inovação no Nordeste**

SÃO PAULO, SP (FOLHAPRESS) - O Nordeste vem tentando superar os baixos níveis de investimento em ciência e tecnologia na região com parcerias entre setor público, empresas e academia. Algumas iniciativas desse tipo foram apresentadas apontadas pelos debatedores do 3º Seminário Inovação no Brasil, ocorrido na quarta-feira (28), no auditório do jornal Folha de S.Paulo.

Um dos projetos discutidos, o programa Cientista Chefe, foi criado no ano passado pela Funcap (Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

“Buscamos nas universidades as parcerias para que doutores, mestres e estudantes possam estar dentro das secretarias e construir ferramentas inovadoras para a vida prática da população”, afirmou Camilo Santana (PT), governador do Ceará e um dos debatedores. “Investimos R\$ 21 milhões, por ano, nessa parceria.”

O programa seleciona pesquisadores com destaque na produção acadêmica para criar projetos em sete áreas consideradas estratégicas pelo governo estadual: recursos hídricos, recursos renováveis, saúde, educação, segurança pública, pesca e análise de dados.

O cientista selecionado recebe uma bolsa vinculada à Funcap e discute diretamente com as secretarias responsáveis a aplicação dos conhecimentos gerados na gestão pública. Ele continua trabalhando na universidade.

O governador citou como exemplo de bom resultado o Spia, na área da segurança pública. “Colocamos 112 especialistas dentro da secretaria de segurança. Criaram o Sistema Policial Indicativo de Abordagem, de monitoramento e rastreamento de veículos. Recuperamos 96% dos veículos roubados. Está sendo copiado pelo Ministério da Justiça para ser aplicado no resto do Brasil”, disse.

No Recife, o parque tecnológico Porto Digital, um dos principais do país, é focado na

ciência da computação e no desenvolvimento de softwares.

Criado em 2000 com apenas duas empresas, hoje o polo abriga mais de 320, e revitalizou o centro histórico da cidade. O projeto é gerido por uma organização social privada sem fins lucrativos, o Núcleo de Gestão do Porto Digital.

“É ao mesmo tempo um projeto de recuperação histórica e de geração de emprego e renda”, afirmou Pierre Lucena, presidente do Porto Digital e professor de finanças da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco).

A ideia inicial do projeto era absorver a mão de obra qualificada, especialmente em ciência da computação, formada no estado.

O curso de ciências da computação da UFPE possui nota máxima na avaliação de cursos de pós-graduação da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, mas os jovens formados, de acordo com Lucena, deixavam o estado.

O Porto Digital tem 10 mil trabalhadores e o plano é chegar aos 20 mil em até cinco anos.

Para ele, apesar da participação fundamental do poder público, o setor privado é quem vai tocar as atividades de inovação. “Todas as nossas empresas [do Porto Digital] são privadas e fazem questão de vender para o setor privado”, disse.

Ele avalia que o caminho para a inovação e o desenvolvimento do país está na tecnologia de ponta. “Temos grande oportunidade de colocar o Brasil no século 21 definitivamente. O jogo do digital está sendo jogado agora, ainda dá tempo de entrar”, afirmou.

Apesar das iniciativas citadas pelos debatedores, desigualdades regionais ainda são um entrave para o desenvolvimento a longo prazo do Nordeste, segundo Carlos Gadelha, doutor em economia pela UFRJ e coordenador das ações de prospecção da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz).

“Temos um hiato na questão regional. O Nordeste tem 28% da população [do país] e 14% do PIB. A participação nas patentes produzidas é de 5%. (...) Se este é o cenário, nós vamos aumentar a desigualdade regional brasileira se não tivermos uma visão nacional.”

Além disso, o financiamento público em ciência, tecnologia e inovação no país vem caindo. Foi consenso entre os debatedores que isso impede a inovação tanto no setor público, quanto no privado. “Inovador no Brasil, privado e público, está com medo. E inovador medroso não vai adiante”, afirmou Gadelha.

A preocupação reflete o ambiente de cortes de investimentos do governo federal, que ameaça a continuidade de trabalhos em ciência e tecnologia.

“Precisamos do Estado trabalhando junto e fomentando. (...) A preocupação que temos é que os instrumentos de fomento estão todos paralisados”, apontou Lucena.

# CLIPPING



O seminário realizado pela Folha de S.Paulo contou com o apoio do governo do estado do Ceará, da Secretaria de Transportes Metropolitanos do estado de São Paulo e do Instituto Coca-Cola Brasil.

